



# **Do campo à mesa: Um estudo exploratório da percepção do agricultor familiar sobre os impactos do cultivo, comércio e das práticas de consumo de alimentos agroecológicos**

**Fábio Francisco de Araujo**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5581-5640>

**Diogo Lannes Melo**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6053-394X>

**Rayanne Azevedo Pinto**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6200-0407>

**Andrezza Ferreira de Almeida**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4093-234X>

**Izabel Cristina Oliveira da Silva Joia**

*Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Duque de Caxias – RJ – Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7804-6207>

**Silvia Regina Magalhães Couto Garcia**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5826-3127>

## **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo investigar os significados atribuídos pelos agricultores familiares da Feira Popular da Agricultura Familiar (FPAF) de Duque de Caxias aos alimentos agroecológicos e orgânicos cultivados, bem como à importância de sua atividade e a expectativa de estimular o consumo da população do município, contribuindo para sua segurança alimentar. Foram compiladas informações sobre a agricultura familiar em âmbito nacional e estadual; as políticas públicas voltadas ao grupo; a produção e distribuição de alimentos agroecológicos no Brasil. Foram realizadas observações participantes na feira

popular e, posteriormente, conduzidas entrevistas com estes agricultores contendo perguntas sobre a rotina de trabalho e comercialização. Após a análise de conteúdo dos dados obtidos, emergiram quatro categorias de significação. Elas trazem a perspectiva dos agricultores de que o consumo de alimentos agroecológicos ainda é discreto, comparado aos convencionais, dado o preço mais elevado, as dificuldades logísticas e a insuficiente escala de disseminação entre consumidores locais. O estudo mostra que os agricultores familiares atribuem grande valor a seu trabalho e ao espaço da FPAF devido à forma como comunicam sua identidade social. Além, reconhecem a importância da alimentação natural em suas vidas e na dos consumidores. Tal fato sugere que a marginalização da classe seja resultado da falta de suporte do governo e de visibilidade para o público, já que os produtores apresentam percepção avançada do seu papel como potencial agente transformador dos hábitos alimentares e de aproximação do consumidor com a cadeia de alimentos.

**Palavras-chave:** Segurança e soberania alimentar. Agroecologia. Desenvolvimento rural sustentável. Produção e comercialização de produtos agrícolas. Identidade Social.

### **From farm to table: An exploratory study of the perception of family farmers on the impacts of cultivation, marketing, and practices of consumption of agroecological foods**

#### **Abstract**

This study aims to investigate the meanings attributed by family farmers at the Feira Popular da Agricultura Familiar (FPAF) in Duque de Caxias to agroecological and organic food, as well as the importance of their activity and the expectation of stimulating consumption by the local population, contributing to its food security. Information was compiled on family farming at the national and state levels; public policies for the group; production and distribution of agroecological foods in Brazil. Participant observations were made at a popular street market and, subsequently, interviews were conducted with these farmers, containing questions about their work and marketing routine. Data were underwent content analysis, which resulted in four categories of meaning. They disclosed the perspective of farmers that consumption of agroecological food is still modest, compared to that of conventional food, given their higher price, logistical difficulties, and the insufficient scale of dissemination among local consumers. The study shows that family farmers attribute great value to their work and to the FPAF space, owing to the way they communicate their social identity. In addition, they recognize the importance of natural food in their own lives and in the lives of consumers. This fact suggests that marginalization of the class originates from the lack of government support and visibility to the public, given that producers have an advanced perception of their role as a potential agent for transforming eating habits and bringing consumers closer to the food chain.

**Keywords:** Food security and sovereignty. Agroecology. Sustainable rural development. Production and marketing of agricultural products. Social Identity.

### **Del campo a la mesa: Un estudio exploratorio sobre la percepción de los agricultores familiares sobre los impactos del cultivo, comercialización y consumo de alimentos agroecológicos.**

#### **Resumen**

Este estudio tiene como objetivo investigar los significados atribuidos por los agricultores familiares de la Feira Popular da Agricultura Familiar (FPAF) de Duque de Caxias a los alimentos agroecológicos y orgánicos cultivados, así como la importancia de su actividad y la expectativa de estimular el consumo por parte de la población de la región municipio, contribuyendo a su seguridad alimentaria. Se recopiló información sobre la agricultura familiar a nivel nacional y estatal; políticas públicas dirigidas al colectivo; producción y distribución de alimentos agroecológicos en Brasil. Se realizaron observaciones participantes en la feria popular y, posteriormente, entrevistas a estos agricultores, con preguntas sobre su rutina de trabajo y comercialización. Luego del análisis de contenido de los datos

obtenidos, surgieron cuatro categorías de significado. Traen la perspectiva de los agricultores de que el consumo de alimentos agroecológicos aún es discreto, en comparación con los convencionales, dado el mayor precio, las dificultades logísticas y la insuficiente escala de difusión entre los consumidores locales. El estudio muestra que los agricultores familiares otorgan un gran valor a su trabajo y al espacio de la FPAF por la forma en que comunican su identidad social. Además, reconocen la importancia de la alimentación natural en su vida y de los consumidores. Este hecho sugiere que la marginación de la clase es el resultado de la falta de apoyo del Gobierno y de visibilidad para el público, ya que los productores tienen una percepción avanzada de su papel como un agente potencial para transformar los hábitos alimentarios y acercar a los consumidores a la cadena alimentaria.

**Palabras clave:** Seguridad y soberanía alimentaria. Agroecología. Desarrollo rural sostenible. Producción y comercialización de productos agrícolas. Identidad social.

## 1 Introdução

Ao grupo reconhecido como agricultura familiar estão associadas as práticas agrícolas exercidas por trabalhadores que utilizam predominantemente mão-de-obra da própria família. Diferencia-se da agricultura industrial em relação à disponibilidade de recursos, capacitação, inserção ambiental e socioeconômica (BUAINAIN, 2006). Ao observar os dados do último censo agropecuário, verifica-se que os estabelecimentos familiares correspondem a 77% do total, mas ocupam 23% de toda a área destinada à atividade agropecuária, sendo o restante das terras destinadas ao agronegócio (IBGE, 2017; MARCHETTI *et al.*, 2020; SAMPAIO; GIRARDI; ROSSINI, 2020). Os dados apontam que o agronegócio detém apenas 33% dos postos de trabalho, apesar de ser responsável por 77% do valor total de produção nacional, cerca de R\$360 bilhões (IBGE, 2017; MARCHETTI *et al.*, 2020).

A agricultura familiar guarda relação com a agroecologia, uma ciência que resgata conhecimentos adquiridos na agricultura tradicional, incluindo atitudes de coexistência e não-exploração da natureza (ALTIERI, 1989). A agroecologia orienta sistemas agroalimentares mais sustentáveis, a partir de uma base epistemológica pluralista, holística e integradora (CUENIN *et al.*, 2019). Em função de suas especificidades, Do Carmo (1998) a considera ponto chave na busca da sustentabilidade. Brauner e Oliveira Gomes (2020) relatam que as medidas utilizadas na agroecologia direcionam os sistemas agropecuários de forma diferente do modelo vigente no agronegócio, ao prezar por valores relacionados à defesa ambiental, o engajamento social e econômico dos produtores e soberania e segurança alimentar e nutricional. Isso ocorre devido às suas características de produção diversificada, em menores escalas e com comercialização direta com o consumidor final (ASSIS; ROMEIRO, 2005).

A realização do censo agropecuário em 2017 trouxe informações atualizadas sobre os estabelecimentos familiares e permitiu maior conhecimento sobre a contribuição do pequeno produtor para o cenário agrícola nacional, revelando participação importante na produção de gêneros que compõem a cesta básica, especialmente cereais e leguminosas, bem como de alimentos oriundos da olericultura (CARES BUSTAMANTE; ESDRAS LEITE; DE FÁTIMA BARBOSA, 2021). De acordo com o portal FENATA [Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas] (2019), a agricultura familiar produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de

leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos, com faturamento anual de 55,2 bilhões de dólares em 2019. Publicações acadêmicas recentes apontam variação em tais porcentagens, destacando a importância da classe na produção de feijão (55%), mandioca (80%), café arábica (55%) e produtos de origem animal, especialmente a produção de leite bovino (63 - 64%) (CARES BUSTAMANTE; ESDRAS LEITE; DE FÁTIMA BARBOSA, 2021, p. 136; SILVA; NUNES, 2023, p. 13-14). Ainda assim, Hoffman (2014) já reconhecia ser impossível afirmar categoricamente que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos produzidos no país devido à inviabilidade de uma contagem fidedigna das quantidades de todos os gêneros cultivados no Brasil.

No âmbito da horticultura, as lavouras temporárias da agricultura familiar retratam o movimento de permanência na atividade agrícola e resistência dos pequenos produtores ao processo de concentração fundiária. Além disso, a produção olerícola familiar está relacionada à diversificação dos gêneros alimentícios cultivados e às práticas agroecológicas de cultivo (NETTO; DENARDIN; SCHAFFRATH, 2021). Pedroso, Corcioli e Foguesatto (2020) afirmam que o cultivo de hortaliças folhosas e não-folhosas é mais sensível às oscilações de demanda e dependente de estrutura de escoamento da produção e comercialização, devido ao caráter de maior perecibilidade dos produtos. A possibilidade de manutenção de lavouras temporárias e permanentes, em conjunto com características geográficas, climáticas, estruturais e socioeconômicas variadas, implica em condições para cultivo de um número elevado de espécies vegetais. Dessa maneira, observa-se que a olericultura familiar, mesmo sendo potencialmente lucrativa, é altamente diversificada e sujeita à competição com a agricultura industrial.

Em nível nacional, destaca-se a produção de algumas frutas, folhas e legumes que são majoritariamente oriundos de estabelecimentos familiares: abacaxi (67,1%), açaí (78,7%), alface (64,4%), pimentão (70,8%) (EMBRAPA, 2020). O cultivo de banana (48,8% oriundo da agricultura familiar), cacau (56,9%), cebola (52,5%) e tomate (18,8%) também é relevante (CARES BUSTAMANTE; ESDRAS LEITE; DE FÁTIMA BARBOSA, 2021; SILVA; NUNES, 2023). Em um recorte das regiões do país, Silva *et al.* (2020) apresentam características produtivas de estabelecimentos do Semiárido brasileiro, em que se observa a agricultura familiar produzindo a maior parte do Jerimum (53,7%), batata doce (69,2%), mandioca (80,9%), castanha de caju (61,6%), umbu (81,8%) e melancia (55,6%) da região.

Na região Sul, o censo agropecuário de 2017 mostra que o plantio de alho equivale a 75,6% do total nacional proveniente da agricultura familiar, enquanto recebem destaque também as produções de uva (38,7%), banana (21,3%), laranja (21,3%) e cebola (75,9%). A maior contribuição da região Sul para a horticultura é vista na produção de maçã (99,8% do total nacional oriundo da agricultura familiar) (CARES BUSTAMANTE; ESDRAS LEITE; DE FÁTIMA BARBOSA, 2021). Os autores também apontam as principais contribuições da região Sudeste para a horticultura familiar do Brasil: 52,6% da produção nacional de laranja; 43,34% da produção de uva; 94,7% do café arábica em grão; 25,5% do cultivo de banana; 50,9% da lavoura de cana-de-açúcar.

O perfil socioeconômico do agricultor familiar é diversificado, incluindo famílias em situação de extrema pobreza, produtores com rendas superiores, diferentes níveis de acesso à informação e escolaridade, do fundamental até o ensino superior, ainda que os agricultores em situação de maior vulnerabilidade sejam maioria (BUAINAIN, 2006; FREITAS; WANDER, 2017; LOURENÇO; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017; MARTINS FILHO *et al.* 2019; FRANZESE; PILATTI, 2019; VALE; AMARAL; RAIMUNDO, 2020).

Este artigo tem como objetivo investigar o significado atribuído à atividade da agricultura familiar, em especial o cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos, e as expectativas de gerar influências no consumo alimentar da população. Busca-se basear na perspectiva dos agricultores familiares da Feira Popular da Agricultura Familiar de Duque de Caxias (FPAF), identificando as significações atribuídas a partir de suas narrativas de vida. Procurou-se compreender como eles enxergam a evolução das formas de cultivo, cuidados empregados na produção e venda, abrindo uma reflexão sobre a construção de significado de tais práticas embasados por suas experiências no campo e na comercialização dos produtos na feira.

Segundo Severo e Calvero (2020), os trabalhos científicos sobre a agricultura familiar no Brasil, em grande percentual, estão concentrados nas áreas de ciências humanas, ciências agrárias e sociais aplicadas. Considerando um dos bancos de dados bibliográficos mais acessados do Brasil, a plataforma SciELO, as áreas mencionadas reúnem 86% das publicações sobre o tema. (SEVERO; CALVERO, 2020, p.783). Os autores observam que as publicações se direcionam a uma perspectiva socioeconômica do tema, principalmente no que se refere à participação da classe em políticas públicas. Além, mostram uma descrição objetiva, com dados estatísticos e levantamentos demográficos dos pequenos produtores. Esta pesquisa, entretanto, possui um caráter exploratório surgindo a partir do processo de construção identitária dos trabalhadores sujeito à análise pelos pesquisadores. Mais ainda, discute-se também as questões relativas à comercialização e ao consumo dos produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar. O estudo do tema é pertinente, porém é necessário trazer à luz a percepção do próprio grupo social quanto ao seu papel como agente transformador da economia e sociedade, bem como apontar a forma como eles reconhecem as dificuldades enfrentadas ao exercer sua atividade, já que a classe ainda sofre com a marginalização em alguns lugares do país (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Antes, porém, foi elaborado um referencial teórico que norteia a discussão proposta neste trabalho. Para tanto foram reunidas informações sobre o panorama da agricultura familiar no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro; em seguida um apanhado sobre o histórico de políticas públicas voltadas ao grupo social e à atividade agrícola; e, por último, um levantamento sobre os conceitos de agroecologia e sua relação com a produção de alimentos orgânicos e os seus critérios de certificação.

## 2 Referencial teórico

### A Agricultura Familiar no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro

A agricultura familiar é uma categoria que passou por um marco de reconhecimento como ator social e de potencial econômico na década de 1990, a partir da contribuição da esfera acadêmica, que amplia o debate sobre a dinâmica do espaço rural brasileiro, e a atuação do Estado, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 (BARROS, 1988; ABRAMOVAY, 1998; SCHNEIDER; CASSOL, 2013; QUIJADA; CAVICHIOLI; SOARES, 2020). Até aquele momento, o agricultor familiar era visto, de maneira geral, como o trabalhador de subsistência ou de pequena comercialização local, tido como exemplo da pobreza e vulnerabilidade rural em contraponto à agricultura latifundiária e tecnológica dominante no país (WANDERLEY, 2000; GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012; QUIJADA; CAVICHIOLI; SOARES, 2020).

No país, representa uma crescente potência econômica e social, estruturada em diversos níveis e sujeita a mudanças na composição da classe ao longo das últimas décadas. De acordo com a Lei no 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (PNAF), considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, a uma série de requisitos estabelecidos, incluindo: a não detenção, a qualquer título, de área maior do que 4 módulos fiscais expressos em hectares; a utilização predominante de mão-de-obra da própria família; e obtenção de percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento, dirigindo-o com seus familiares. Os beneficiários enquadrados na nessa lei tem o direito de obter a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), que dá acesso a diversas políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Garantia do Preço Mínimo (PGM), e outras. A referida legislação elenca ainda outros beneficiários destas políticas: os silvicultores, as famílias envolvidas em atividades de aquicultura, os extrativistas (excluídos garimpeiros e fiscadores), e os pescadores, desde que atendam a todos os requisitos expressos na lei.

Dados preliminares do Censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2018) apontaram que cerca de 353,6 milhões de hectares de terra são destinados a produção agropecuária, que representa 41,13% da extensão territorial do país. A área média dos estabelecimentos familiares é de 26 ha, e o tamanho médio varia por região. Os estabelecimentos da região Nordeste têm a menor área média (17ha) e os da região Centro Oeste a maior (84 ha). Entre os 5,07 milhões de estabelecimentos registrados, cerca de 3,2 milhões não fazem uso de agrotóxicos na sua produção. A maior parte dos agricultores são do sexo masculino, alfabetizados, com 30 anos ou mais.

Segundo Buainain (2006), a diversidade nas características sociais e demográficas da agricultura familiar brasileira está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, também às potencialidades e restrições de recursos, capacitação, inserção ambiental e socioeconômica, e sua localização geográfica. A agricultura familiar representa mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários do país e aproximadamente 35% das receitas do setor agrário.

No Estado do Rio de Janeiro, segundo Carneiro e Teixeira (2012), a contribuição para a atividade agropecuária em âmbito nacional era pouco expressiva, em comparação aos demais Estados. Indo ao encontro destes autores, Souza (2019) destaca que a importância econômica do setor para o Rio de Janeiro é pequena, frente a outras atividades, mas não inexistente. A dinâmica demográfica do Estado, de concentração populacional nos centros urbanos, e as mudanças no meio rural fluminense, sobretudo a valorização de atividades não-agrícolas, tais como turismo, óleo e gás, indústria e serviços, são características que ajudam a explicar essa menor contribuição em territórios anteriormente reconhecidos por atividades agropecuárias (MARAFON, 2017). Porém, é perceptível um crescente aumento no apoio ao comércio e ao cultivo de gêneros agrícolas produzidos principalmente nas regiões Serrana, Norte-Fluminense e alguns pontos da região Metropolitana (EMATER-RIO, 2018; MATTOS; AZEVEDO IRVING; SEABRA, 2021).

Uma análise multidimensional do desenvolvimento rural fluminense foi realizada por Souza (2019) e mostrou que há heterogeneidade nos indicadores em diversas regiões do Estado. A autora mostra que os municípios da região noroeste do Rio de Janeiro apresentam os piores índices de desenvolvimento, com indicadores positivos expressos apenas naqueles relacionados à presença da agricultura familiar. O estudo de Guanzioli e Vinchon (2019) trouxe resultados quantitativos que corroboram com a ideia de que o fortalecimento da agricultura familiar na região impulsiona a geração de renda bruta dos habitantes locais e tem potencial para diminuir as desigualdades oriundas do colapso dos ciclos do café e cana-de-açúcar que reverberam até a atualidade. Os municípios da região norte do Estado também tiveram seu espaço agrário desenvolvido em torno da monocultura de cana-de-açúcar, posteriormente perdendo o domínio para a atividade petrolífera (EMERICK; PESSÔA, 2017; FREITAS; SANTOS, 2018). Até 2013, a cana ainda era o principal gênero cultivado na região, ainda que se fizesse presente a fruticultura e produção de hortaliças nos estabelecimentos familiares (EMERICK; PESSÔA, 2017; FREITAS; SANTOS, 2018). A partir dos anos 2000, para impulsionar o desenvolvimento dos agricultores familiares que sofreram com a estagnação da atividade agrária na região e a exploração do trabalho temporário nos latifúndios, foi criado o projeto Frutificar, que permitiu o fortalecimento e o aumento da representatividade dos pequenos produtores na economia local com a atividade de fruticultura (BAHIENSE; SOUZA; PONCIANO, 2015; FREITAS; SANTOS, 2018; SOUZA, 2019). Apesar disso, os indicadores sociodemográficos dos trabalhadores mostram que ainda há vulnerabilidade da classe e dificuldade no acesso à tecnologia, persistindo, assim, o manejo tradicional, como mostrado no estudo de Paes e Zappes (2016).

A região Serrana do Rio de Janeiro desenvolveu-se em torno da expansão cafeeira do século XIX e do abastecimento alimentício da região Metropolitana (ALENTEJANO, 2005). Souza (2019) aponta que a agricultura familiar prosperou nos municípios serranos por conta das características topográficas que favoreceram as pequenas e médias propriedades ao invés dos latifúndios. Aun e Assis (2021) explicam que a agricultura familiar serrana tem como característica a adoção dos cultivos orgânicos e agroecológicos, em boa parte dos estabelecimentos, por conta das condições geográficas que facilitam o plantio e as parcerias entre produtores e agrônomos em prol de um modelo de agricultura alternativo, com menores impactos ambientais, implementado a partir dos anos 1980. Atualmente, a agricultura orgânica encontra espaço não apenas em estabelecimentos familiares, movimentando a economia da região em paralelo à indústria e, em alguns casos, associada ao turismo (MARAFON, 2017). O trabalho de Guanzirolí e Vinchon (2019) vai ao encontro dos anteriores, destacando a região Serrana como localidade onde a agricultura familiar tem grande potencial econômico, principalmente na produção de hortaliças e flores. Antes, Carneiro e Rocha (2009) já traziam o debate sobre a importância da agricultura familiar da região Serrana para o abastecimento de alimentos de várias cidades do Rio de Janeiro, produzindo cerca de 90% das olerícolas do Estado.

A região metropolitana do Rio de Janeiro passou por processo de industrialização e “desruralização”, crescentes principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, em que se identificam os primeiros movimentos de resistência dos trabalhadores rurais familiares (ALENTEJANO, 2005). Machado (2019) afirma que a incorporação de áreas rurais pelo processo de urbanização no Estado passa a exigir do produtor uma adaptação ao novo contexto por meio da adoção de tecnologias de cultivo para que sua atividade resista em tal espaço geográfico dinâmico. Entretanto, as condições financeiras de muitos produtores impedem a manutenção e desenvolvimento da atividade agrícola (SILVA; MARAFON, 2004; MACHADO, 2019).

Portilho *et al.* (2019) apontam que os agricultores familiares que historicamente se mantêm na região metropolitana, especialmente na Baixada Fluminense, estão inseridos em um contexto social de disputa de espaço com diversas outras atividades legais e ilegais, com constante perigo de supressão dos locais que foram destinados a loteamentos de reforma agrária. A atuação em atividades não-agrícolas para o complemento da renda familiar é comum entre os produtores metropolitanos, como mostram os trabalhos de Marafon (2017), Portilho *et al.* (2019) e Souza (2019). A literatura indica que, no geral, na região metropolitana, os trabalhadores rurais apresentam dificuldade de alcançar a modernização tecnológica em suas atividades, recorrendo muitas vezes às parcerias com universidades, associações coletivas, órgãos municipais e outras instituições para o fortalecimento da prática agrícola e da identidade social do agricultor familiar por meio da capacitação e do resgate de conhecimentos acerca dos manejos tradicionais e agroecológicos (SANTOS; RICHARD, 2017; MACHADO, 2020; VIANNA, 2020). O estudo de Machado (2019) destaca que os agricultores familiares que perseveraram na região metropolitana com boas condições de capitalização adotaram o cultivo de frutas de alto valor e de gêneros orgânicos certificados. Portilho *et al.* (2019) mostram que na Baixada Fluminense ainda são encontradas pequenas propriedades que realizam cultivos alternados para subsistência e obtêm baixas remunerações com a comercialização de parte de sua produção.

A modernização das técnicas de produção, junto ao surgimento de novas políticas e estruturação social, é oportuna para o fortalecimento da agricultura familiar, ainda que se percebam diferenças no acesso à tecnologia e enquadramento em políticas públicas (GRISA, 2018; SOUZA *et al.*, 2019; QUIJADA; CAVICHIOLI; SOARES, 2020). Essas transformações têm impactado diretamente a vida dos indivíduos que se dedicam à agricultura nos tempos atuais, refletidas em suas trajetórias, formas de plantio, colheita e produção, e até em seus hábitos de vida e alimentação. O reconhecimento do papel social da classe estimula também a reflexão sobre a importância da ação das instituições governamentais por meio das políticas públicas destinadas aos agricultores.

### **Políticas públicas para a agricultura familiar**

O espaço rural brasileiro sofreu consideráveis mudanças nos aspectos políticos e sociais, principalmente, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Não obstante o crescimento dos ideais liberais e de menor intervenção do Estado na década de 90, o reconhecimento da agricultura familiar como grupo político representou um marco na participação em políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2014; SILVA, 2011; GRISA, 2018). Quijada, Cavichioli e Soares (2020) observam que, até os anos 90, as políticas públicas destinadas ao setor agrícola privilegiavam a modernização e a capitalização das grandes propriedades por meio de facilitação de crédito e subsídios fiscais, ao passo que ignoravam os pequenos produtores familiares, mantendo a estrutura fundiária do campesinato.

Grisa e Schneider (2014) realizaram uma análise aprofundada das políticas públicas nacionais voltadas à agricultura familiar, dividindo-as em três gerações separadas pelos momentos críticos da ação governamental em prol da classe. A primeira geração foi marcada por um contexto de disputa entre duas linhas opostas de reivindicações por reformas setoriais. De um lado, a luta de movimentos sociais, figuras políticas e acadêmicas, por reformas de base, principalmente a agrária; de encontro a esta, a luta das elites agrárias e econômicas pela modernização tecnológica da agricultura. Os autores observam que a primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar estava voltada ao reconhecimento político da classe em meio a uma orientação anterior do Estado que beneficiava os grandes agricultores. Nessa geração, se destacam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), em 1995, e demais políticas subsequentes, como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001. Além delas, a Política de assentamentos da reforma agrária, a criação do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf-2004) e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF-2006) (GRISA; SCHNEIDER, 2014; GRISA, 2018). O Pronaf configurou-se nos anos seguintes como a política pública agrícola mais sólida em benefício dos agricultores familiares por meio da oportunidade de injeção de recursos, tornando-se base para a estabelecimento de outras políticas públicas em sequência (SILVA, 2011; DE FREITAS, 2018; QUIJADA; CAVICHIOLI; SOARES, 2020).

A segunda geração, iniciada a partir dos últimos anos da década de 1990, caracterizou-se pelo foco em ações assistenciais e sociais (SCHNEIDER; SHIK; BELIK, 2010; GRISA; SCHNEIDER, 2014). Dentro do Pronaf foram criadas linhas de ação destinadas a atender a diversidade socioeconômica na classe dos agricultores familiares, visando a reduzir a situação de vulnerabilidade de alguns grupos com apoio à infraestrutura, obtenção de renda e combate à fome e miséria. Segundo esses trabalhos, exemplificam a segunda geração de políticas públicas a inclusão dos agricultores familiares nos programas Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais, Fome Zero, Bolsa Família, a criação do Programa Garantia Safra, do Programa Nacional de Habitação Rural e a participação de grupos familiares no Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), entre outras ações.

A terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar tem como viés a sustentabilidade, a agroecologia, a participação econômica e a segurança alimentar e nutricional (GRISA; SCHNEIDER, 2014; NIEDERLE *et al.*, 2019). Segundo os autores, esta geração emerge no contexto de mudança da estrutura política no país nos anos 2000, com projeção de atores sociais antes marginalizados no cenário. Políticas públicas que vinham sendo pleiteadas desde os anos 1990 foram institucionalizadas nesse novo contexto. O fortalecimento do Projeto Fome Zero, o reestabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), e a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) foram marcos para a criação das políticas públicas que caracterizam a terceira geração (GRISA; SCHNEIDER, 2014; GRISA, 2018; NIEDERLE *et al.*, 2019).

Procurando concentrar na agricultura familiar o orçamento governamental que era destinado à compra institucional de alimentos e distribuição aos vulneráveis, foi criado em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (HESPANHOL, 2013; GRISA; SCHNEIDER, 2014; BORSATTO *et al.*, 2020; QUIJADA; CAVICHIOLI; SOARES, 2020). De acordo com Borsatto *et al.* (2020), o programa possibilitou a autonomia dos agricultores familiares e estimulou a participação em outras políticas públicas, além de garantir o escoamento da produção de alimentos e a segurança alimentar daqueles a quem eram destinados os insumos. O sucesso do programa foi importante para reformulação de outra política anos depois, em 2009, a saber o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse programa foi estabelecido que 30% dos recursos públicos para alimentação escolar deveriam ser destinados à aquisição com a agricultura familiar, promovendo novamente a geração de renda aos produtores e a segurança alimentar e nutricional aos atores envolvidos, além da ampliação da cobertura de unidades escolares participantes (PEIXINHO, 2013; GRISA, SCHNEIDER, 2014; LOPES JÚNIOR *et al.* 2018; KROTH, GEREMIA, MUSSIO, 2020; QUIJADA, CAVICHIOLI; SOARES, 2020).

Contudo, é importante destacar que a evolução das políticas públicas voltadas à agricultura familiar também esbarrou, ao longo dos anos, com uma considerável dificuldade de acesso por parte dos agricultores menos capitalizados. Entraves relacionados à organização da produção, atendimento à demanda das chamadas institucionais, adequação às exigências sanitárias e dificuldades logísticas são registrados em alguns trabalhos consultados que abordam o PAA e o PNAE (DE PAULA, KAMIMURA, SILVA, 2014; ESTEVAM, SALVARO, DOS SANTOS, 2018; LOPES JÚNIOR *et al.* 2018; ASSIS, FRANÇA, COELHO, 2019). No mesmo caminho, Cazella, Capellesso e Schneider (2020) realizam uma análise dos fatores relacionados à

dificuldade de acesso de uma parcela da agricultura familiar ao Pronaf. Os autores mostram, por meio de uma revisão bibliográfica, que persiste a tendência de elitização do acesso devido a obstáculos que vão desde a falta de conhecimento das normas de crédito, tanto por parte dos possíveis beneficiários quanto dos operadores de crédito, passando ainda por problemas nas agências financeiras, desinteresse de agricultores em condição vulnerável, falta de assistência ao produtor, entre outros. O estudo evidencia que a falta de participação de parte dos agricultores familiares se dá não só pela ineficiência da gestão pública, mas também por opção desta parcela que seria respaldada pelo Pronaf.

A atuação de movimentos sociais e a aproximação do agricultor familiar com o governo, característica da segunda e terceira geração de políticas públicas, é uma forma de evitar a exclusão dos agricultores e possibilita a criação de novos mercados relacionados às questões de segurança alimentar e sustentabilidade (GRISA, SCHNEIDER, 2014; NIEDERLE *et al.*, 2019). Nesse contexto, o avanço do debate acerca das formas alternativas de agricultura e a articulação em maior escala dos atores sociais que defendiam a agroecologia como referencial de produção foi importante para a sua inclusão nas pautas de ação governamental (PETERSEN, MUSSOI, DAL SOGLIO, 2013). Picolotto e Brandenbrug (2015) apontam que as consequências negativas do processo de modernização agrícola dos anos 1970 mobilizou os movimentos sociais agrários a orientar os agricultores familiares e pequenos produtores às práticas agroecológicas, ao passo que realizavam a representação política frente ao Estado para a criação e inclusão de políticas públicas para a classe. Assim, após as primeiras políticas públicas para a agricultura familiar, foram criadas as ações de promoção da agroecologia, primeiramente inseridas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2003 (NIEDERLE *et al.*, 2019). Anos mais tarde, houve a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012, e dos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPOs), em 2013 e 2016 (GRISA, CHECHI, 2016; CHECHI, 2017; NIEDERLE *et al.*, 2019). Essas políticas, portanto, surgem com o objetivo de incentivar o desenvolvimento rural brasileiro baseado em sistemas de produção agroecológicos, tendo o agricultor familiar figurando como principal ator social a promover a produção e o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.

### **Produtos alimentares Agroecológicos e Orgânicos**

A agricultura de base agroecológica não é um movimento novo, pois, segundo Fonseca (2009), já se podia observar o conjunto de atividades alternativas em torno de formas não industriais de agricultura nos anos 70 e 80. Naquela época, tais práticas eram chamadas de agricultura alternativa, por falta de denominação mais específica. Questionava-se as técnicas para produção em larga escala do modelo industrial, emergentes no início do século XX, em defesa da produção de alimentos mais saudáveis para o consumo humano e de maneira mais sustentável. O surgimento no Brasil dos movimentos em prol das formas alternativas de agricultura ocorria em resposta à chamada Revolução Verde já consolidada na Europa e América do Norte (FONSECA, 2009; ALTIERI, 2010; SANTOS *et al.*, 2014; OLIVEIRA, GRISA, NIEDERLE, 2020). Assis e Romeiro (2002) definem agroecologia, a princípio, como uma ciência interdisciplinar que se desenvolveu para fornecer aporte teórico à reformulação dos

sistemas de produção de alimentos e não como uma prática agrícola. Abreu *et al.* (2012) corroboram ao trazerem as relações entre a agroecologia e a agricultura orgânica, mostrando os pontos de semelhança e de diferenciação. Outros estudos sobre o tema mostram que o conceito de agroecologia aparece não só no âmbito científico, mas também no campo profissional, como prática agrícola, e no social, como representação em movimentos ativistas (WEZEL *et al.*, 2009; RIVERA-FERRE, 2018; LOCONTO; FOUILLEUX, 2019).

A revisão de Wezel *et al.* (2009) apresenta a evolução histórica da Agroecologia e das suas aplicações, passando do campo acadêmico para a prática agrícola até a bandeira de mobilização social. No trabalho é mostrado que a partir dos anos 1970, em resposta ao avanço da Revolução Verde, o interesse na implementação de sistemas orgânicos de produção estimulou o desenvolvimento de agrossistemas sustentáveis que se baseavam nos princípios agroecológicos. Na década seguinte, os trabalhos do campo científico passam a se debruçar não só sobre os agrossistemas, mas sim sobre toda a cadeia de alimentos. Ademais, a Agroecologia passa a ser reconhecida como prática agrícola conforme aplicação efetiva dos conceitos em sistemas de produção, principalmente em estabelecimentos familiares (WEZEL *et al.*, 2009; GLIESSMAN, 2014). A percepção da sustentabilidade em sistemas alimentares agroecológicos inclui também as questões de inserção econômica, política e vulnerabilidade social dos agricultores locais, além da relação produtor-consumidor (GLIESSMAN, 2013; LAMINE; DAWSON, 2018). Assim, os movimentos sociais ambientalistas e rurais adotam a Agroecologia como bandeira, emergindo com solidez na América Latina lutando pela implementação de políticas públicas em prol da agricultura sustentável e da defesa dos produtores locais (ASSIS; ROMEIRO, 2002; WEZEL *et al.*, 2009; GLIESSMAN, 2013; LOCONTO; FOUILLEUX, 2019; NIEDERLE *et al.*, 2019). Com relação às suas práticas, a agricultora ecológica baseia-se em um sistema dinâmico envolvendo a natureza e o homem. De um lado, processos ecológicos como ciclos de nutrientes, interações predador/presa, competição, comensalismo e sucessões ecológicas. De outro, o homem e toda sua bagagem histórica e cultural que impacta diretamente em suas ações no campo, seja na preservação dos ecossistemas por meio do manejo responsável, seja na busca da soberania alimentar e econômica por meio dos mecanismos de solidariedade e de viabilidade econômica entre os trabalhadores (ALTIERI, 2012; SANTOS *et al.*, 2014). Miklós (1999) já relatava que as medidas utilizadas na agricultura ecológica agregam aos sistemas agropecuários valores relacionados à defesa ambiental, o engajamento social dos produtores e consumidores envolvidos na atividade, bem como a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção.

Tratando-se das práticas agroecológicas, é comum a produção orgânica de alimentos em escala local. Abreu *et al.* (2012) destacam que muitas vezes as concepções de Agroecologia e Agricultura Orgânica se misturam. Os alimentos orgânicos são oriundos de um sistema em que não se utilizam agrotóxicos ou outros insumos artificiais, medicamentos e organismos geneticamente modificados, em conjunto com medidas de manejo sustentável do solo e dos recursos naturais envolvidos (FONSECA, 2009; SOUSA *et al.*, 2012; WEBER; DA SILVA, 2021). Dias *et al.* (2015) pontuaram que o cultivo deste tipo de alimento constituía uma atividade em expansão nos últimos anos, destacando, ainda, uma previsão crescente de pelo 9%. Esta previsão está associada à crescente demanda mundial por produtos e serviços

que proporcionem melhorias à saúde e o bem-estar humano, somados à desconfiança de parte da sociedade em relação a alimentos provenientes de sistemas convencionais de produção (DIAS *et al.*, 2015; MORAES; OLIVEIRA, 2017; LIMA *et al.*, 2020). O estudo de Lima *et al.* (2020) mostra que, entre 2000 e 2017, o consumo de alimentos orgânicos comercializados em varejo no mundo aumentou em uma taxa de 11%. Apesar de um crescimento mais lento no Brasil em comparação aos números mundiais, houve aumento do número de produtores certificados no país a partir de 2010 (MARINI *et al.*, 2016; GALHARDO; DA SILVA; LIMA, 2019; LIMA *et al.*, 2020). É importante destacar que parte da produção orgânica no Brasil ocorre em escala industrial, sendo algumas grandes empresas responsáveis por uma grande parcela da produção nacional (LIMA *et al.*, 2020).

Mesmo com as políticas públicas voltadas à agroecologia e à agricultura familiar, e o aumento da demanda do mercado consumidor, a produção orgânica e agroecológica ainda enfrenta desafios para o crescimento, sobretudo os estabelecimentos de menor porte. Um dos maiores entraves se encontra na dificuldade de obter certificação e padronização cadastral dos agricultores (CASTRO NETO *et al.*, 2010; MARINI *et al.*, 2016; LIMA *et al.*, 2020).

A certificação de produtos orgânicos pode ser outorgada por diferentes órgãos no país, sob normas específicas que garantem, após seu cumprimento, a concessão de seu selo de garantia. Este documento, além de proteger e legitimar o produtor em sua posse, agrega credibilidade ao produto e maior transparência nas técnicas e princípios utilizados na produção orgânica (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012; MARINI *et al.*, 2016; GALHARDO; DA SILVA; LIMA, 2019; WEBER; SILVA, 2021). A obtenção dos certificados ocorre por meio de Organismos de Certificação da Conformidade Orgânica, que são definidos como pessoas jurídicas cadastradas no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), credenciadas junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012; MARINI *et al.*, 2016; GALHARDO; DA SILVA; LIMA, 2019; NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021).

A documentação permite que o agricultor realize a comercialização de produtos orgânicos em feiras livres e especializadas, lojas, restaurantes, mercados públicos e privados, como restaurantes de empresas e escolas. Existe, no entanto, um mecanismo de controle social previsto em lei que possibilita a venda direta sem a necessidade de certificação, com a garantia atestada por uma Organização de Controle Social (OCS) ou uma Organização participativa de avaliação da conformidade orgânica (OPAC) vinculada ao MAPA (MIKLÓS, 1999; GALHARDO; DA SILVA; LIMA, 2019; NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021).

### 3 Método

Para atingir o objetivo do estudo, optou-se por realizar um estudo exploratório, baseando-se na abordagem hermenêutica, sob o paradigma interpretativista (THOMPSON, 1997). Nela, a construção do conhecimento acontece por meio da combinação de diferentes perspectivas sobre um mesmo tema, assumindo que a realidade é socialmente elaborada, múltipla, holística e contextual (LINCOLN; GUBA, 1985), o que viabiliza a descrição e a interpretação dos fenômenos sociais (CUTHBERTSON; ROBB; BLAIR, 2020). A abordagem escolhida aqui dialoga

com outras pesquisas que mostram narrativas do grupo pesquisado e as suas percepções acerca de temas relacionados à atividade exercida ou condições socioeconômicas às quais estão sujeitos (DURAM, 2000; MEDINA; NOVAES, 2014; DREBY; JUNG; SULLIVAN, 2017; PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017; POTRICH; GRZYBOVSKI; TOEBE, 2017; CORONA; VASQUES; GODOY, 2018; FOSSÁ; COMERLATTO; MATTEI, 2018; FERNANDES *et al.*, 2020; RIBEIRO; PÉRICO; FEIL, 2021).

Para a parte empírica deste estudo, escolheu-se um grupo de agricultores familiares residentes na baixada fluminense, que produz alimentos orgânicos e/ou agroecológicos e que se reúne para comercializá-los na Feira Popular da Agricultura Familiar (FPAF), em funcionamento desde setembro de 2013 no município de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro. Os agricultores foram selecionados para participarem de entrevistas em profundidade, a fim de acessar, por meio da própria narrativa, suas percepções e significações sobre o papel da agricultura familiar. Houve uma etapa prévia em que os pesquisadores fizeram três visitas ao local, oportunidade em que foi possível estabelecer conversas informais com os feirantes e alguns consumidores, bem como registrar impressões do ambiente. Essa etapa seguiu os protocolos de Bardin (2011) de pré-análise de conteúdo, estabelecendo elementos que serviram de base para elaboração de um roteiro de entrevistas, a ser abordado à frente. As entrevistas foram conduzidas diretamente pelos pesquisadores no local em que acontece a feira. As visitas ocorreram entre janeiro e março de 2019. Os entrevistados foram convidados a participar, concedendo a entrevista e assinando o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). No Quadro 1, encontra-se a lista dos agricultores participantes deste estudo, suas idades e principais produtos cultivados em suas propriedades. Observa-se que, para preservar suas identidades, os nomes dos respondentes foram alterados para nomes fictícios.

A FPAF abriga um total de 51 feirantes cadastrados. O espaço da feira é dividido entre agricultores familiares, comerciantes de artesanato e de gastronomia que fazem parte de um projeto de economia solidária da prefeitura do município. Ao longo dos anos, o número de feirantes apresentou variação, de modo que a configuração atual é composta em maioria pelos artesãos (37 vendedores), seguidos pelos agricultores (11) e comerciantes de gastronomia (3). Na ocasião da pesquisa, apenas 8 vendedores compunham o setor destinado à agricultura familiar. Três dos agricultores estavam afastados da atividade de comercialização na feira, ainda que mantivessem seus cultivos. A maior parte dos agricultores, 10 ao todo, é oriunda de assentamentos localizados no distrito rural de Duque de Caxias (4º Distrito), enquanto um deles reside e possui cultivo na periferia próxima ao centro da cidade (1º Distrito). O engajamento dos agricultores na feira é algo dinâmico, visto que o número de participantes sofreu alterações por motivos de limitação logística, dificuldade de escoamento da produção e até mesmo problemas de saúde. Esses problemas acometem especialmente os agricultores assentados no 4º Distrito.

**Quadro 1. Lista dos agricultores familiares (nomes fictícios) da Feira Popular da Agricultura Familiar (FPAF) de Duque de Caxias entrevistados pelos autores, suas idades e principais produtos oferecidos na feira.**

| AGRICULTOR(A) | IDADE          | PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS   | PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FPAF   | PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA | CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS |
|---------------|----------------|--|--|------------------------|------------------------------------|
| 1. Suzana     | 56 anos        | <b>Aipim</b> ( <i>Manihot esculenta</i> ), <b>batata</b> ( <i>Solanum tuberosum</i> ), <b>limão tahiti</b> ( <i>Citrus × latifolia</i> ), <b>banana</b> ( <i>Musa spp.</i> ), <b>gêneros sazonais</b> .  | Vegetais do cultivo <i>in natura</i> , aipim ( <i>Manihot esculenta</i> ) descascado, sucos e bolos feitos a partir dos produtos do cultivo sazonal.   | Sim                    | Não. (Produção Auto-declarada)     |
| 2. Caroline   | 24 anos        | <b>Jaca</b> ( <i>Artocarpus heterophyllus</i> ), <b>aipim</b> ( <i>Manihot esculenta</i> ), <b>laranja</b> ( <i>Citrus × sinensis</i> ), <b>banana</b> ( <i>Musa spp.</i> ), <b>leite bovino</b> ( <i>Bos taurus</i> ), <b>hortaliças folhosas</b> , <b>gêneros sazonais</b> .   | Vegetais do cultivo <i>in natura</i> , aipim ( <i>Manihot esculenta</i> ) descascado, jaca ( <i>Artocarpus heterophyllus</i> ) descascada e porcionada, leite cru engarrafado e refrigerado. | Sim                    | Não. (Produção Auto-declarada)     |
| 3. Luis Paulo | 57 anos        | <b>Aipim</b> ( <i>Manihot esculenta</i> ), <b>banana</b> ( <i>Musa spp.</i> ), <b>gêneros sazonais</b> .   | Aipim ( <i>Manihot esculenta</i> ) descascado e vegetais do cultivo <i>in natura</i> .   | Sim                    | Não. (Produção Auto-declarada)     |
| 4. Mariana    | 25 anos        | <b>Aipim</b> ( <i>Manihot esculenta</i> ), <b>jenipapo</b> ( <i>Genipa americana</i> ), <b>limão tahiti</b> ( <i>Citrus × latifolia</i> ), <b>inhame</b> ( <i>Colocasia esculenta</i> ), <b>batata-doce</b> ( <i>Ipomoea batatas</i> ), <b>gêneros sazonais</b> .  | Aipim ( <i>Manihot esculenta</i> ) descascado e vegetais do cultivo <i>in natura</i> .   | Sim                    | Não. (Produção Auto-declarada)     |
| 5. Douglas    | 38 anos        | <b>Banana</b> ( <i>Musa spp.</i> ), <b>laranja</b> ( <i>Citrus × sinensis</i> ), <b>jaca</b> ( <i>Artocarpus heterophyllus</i> ), <b>aipim</b> ( <i>Manihot esculenta</i> ).   | Vegetais do cultivo <i>in natura</i> , aipim ( <i>Manihot esculenta</i> ) descascado, jaca ( <i>Artocarpus heterophyllus</i> ) descascada e porcionada.                                      | Sim                    | Não. (Produção Auto-declarada)     |
| 6. Marcos     | 36 anos        | <b>Batata</b> ( <i>Solanum tuberosum</i> ), <b>limão-galego</b> ( <i>Citrus × limonia</i> ), <b>inhame</b> ( <i>Colocasia esculenta</i> ), <b>abóbora</b> ( <i>Cucurbita spp.</i> ), <b>quiabo</b> ( <i>Abelmoschus esculentus</i> ), <b>pimentas</b> ( <i>Capsicum spp.</i> ), <b>berinjela</b> ( <i>Solanum melongena</i> ), <b>banana</b> ( <i>Musa spp.</i> ), <b>batata-doce</b> ( <i>Ipomoea batatas</i> ), <b>aipim</b> ( <i>Manihot esculenta</i> ). | Aipim ( <i>Manihot esculenta</i> ) descascado e vegetais do cultivo <i>in natura</i> .   | Sim                    | Não. (Produção Auto-declarada)     |
| 7. Antônio    | Não informada. | <b>Aipim</b> ( <i>Manihot esculenta</i> ), <b>batata</b> ( <i>Solanum tuberosum</i> ), <b>limão tahiti</b> ( <i>Citrus × latifolia</i> ), <b>banana</b> ( <i>Musa spp.</i> ), <b>gêneros sazonais</b> .  | Aipim ( <i>Manihot esculenta</i> ) descascado e vegetais do cultivo <i>in natura</i> .   | Sim                    | Não. (Produção Auto-declarada)     |
| 8. Pedro      | 60 anos        | <b>Café arábica</b> ( <i>Coffea arabica</i> ), <b>aipim</b> ( <i>Manihot esculenta</i> ), <b>ovos de galinha</b> ( <i>Gallus gallus domesticus</i> ).  | Café arábica em grãos e moído.   | Sim                    | Não. (Produção Auto-declarada)     |

A FPAF ocorre oficialmente às terças-feiras, entre 08h00 e 16h00. As barracas são distribuídas ao longo de uma praça no centro do município e separadas em dois setores que dividem os agricultores familiares e os comerciantes da economia solidária. No setor da agricultura familiar ocorre a venda de produtos *in natura* e alguns deles porcionados e embalados, passando processamento mínimo, como retirada de talos e cascas. Eventualmente, os agricultores realizam a venda de preparações como sucos e bolos preparados com os alimentos que cultivam.

As entrevistas ocorreram a partir de um roteiro semiestruturado que abordou tópicos pertinentes à rotina como agricultor, os processos de produção e cultivo, e a venda dos alimentos na feira popular. Os pesquisadores, a princípio, propuseram 15 perguntas abertas, mas concentraram as entrevistas em torno de questões-chave a saber:

1. Como é, para você, contribuir para o desenvolvimento da agricultura?
2. Poderia nos contar a sua história como agricultor? E sua família?
3. Para você, o que é “Comida de Verdade”?
4. O que você percebe ter mudado na alimentação desde a época em que seus pais/avós eram agricultores até hoje? E o que mudou nas formas de cultivo?
5. O que significa o espaço de vendas na Feira para você e sua família?

A entrevista é um método que procura obter respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, escolhida por possuir informações que se deseja conhecer (ELLIOTT; JANKEL-ELLIOTT, 2003). Seidman (2006) e Moura (2021) complementam que o objetivo de uma entrevista aprofundada é entender a experiência vivida pelo informante para compreender os significados atribuídos a ela. McCracken (1988) sublinha que essa técnica permite ao pesquisador interagir diretamente com o entrevistado, facilitando que estes revelem seus pensamentos e suas crenças internalizadas sobre o fenômeno investigado. Além disso, como bem destacado por Oliveira (1996), as “categorias nativas” somente podem ser alcançadas por meio da técnica da entrevista qualitativa, que demanda um “ouvir todo especial” (p.19) para apreender a realidade descrita pelo indivíduo que está imerso no fenômeno estudado.

Foram realizadas oito entrevistas com agricultores familiares da FPAF. As entrevistas duraram de 30-50 minutos aproximadamente, sendo integralmente gravadas e transcritas para análise. No tratamento dos dados foi realizada a análise do conteúdo (AC) dos principais elementos identificados (STRAUSS; CORBIN, 2008; FERNANDES; VINHAS, 2019). Os dados colhidos foram analisados conjuntamente. A análise de conteúdo seguiu os protocolos indicados por Orlandi (2012) e Strauss e Corbin (2008). Considerando o objetivo delimitado, iniciou-se o processo de análise dos significados atribuídos às mensagens, levando em conta o processo de construção da significação pelos agricultores familiares.

De acordo com estes protocolos, a análise consistiu-se em várias etapas, a saber: (1) imersão no espaço estudado para uma análise do contexto do fenômeno; (2) a partir da análise das entrevistas, o desenvolvimento de um conjunto de temas e categorias iniciais, previamente etiquetados; (3) identificação nas transcrições dos discursos correspondentes a categorias mais gerais identificadas na literatura; (4) identificação de novos aspectos que surgiram do campo para seu refinamento; (5) releitura das transcrições das entrevistas; (6) seleção de novas seções dos discursos dos informantes correspondentes às categorias identificadas; (7) verificar novamente os dados com base nas entrevistas para confirmar as categorias emergentes. O material coletado foi interpretado utilizando-se da comparação constante, uma técnica proposta pelos autores citados.

Este procedimento de tratamento dos dados permitiu lançar esforços para compreender a significação do alimento na perspectiva dos indivíduos que estavam inseridos no fenômeno em análise. Observa-se, ainda, que as categorias identificadas são nativas, pois, tal como preconizado por Araujo *et al.* (2019) e Oliveira (1996), elas emergem diretamente dos dados colhidos a partir da visão dos indivíduos imersos na realidade investigada. Estas categorias de análise foram compreendidas como unidades de significação, o que levou à preparação do material que será apresentado na próxima seção deste artigo.

Por fim, destaca-se que pela natureza qualitativa do estudo, não há intenção de generalização ou de extrapolação dos resultados. Pelo caráter exploratório, busca-se contribuir com novos aspectos do consumo de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos produzidos no contexto da agricultura familiar, avançando sobre o conhecimento do tema.

#### 4 Análise dos resultados

O tratamento dos dados culminou em quatro diferentes categorias de análise: 1. Importância da FPAF para o reconhecimento da agricultura familiar; 2. Alimento sustentável pelo pequeno produtor; 3. Tradição nos meios de produção; 4. Significado da Comida da Roça. Estas categorias são detalhadas a seguir.

##### **(1) Importância da FPAF para o reconhecimento da agricultura familiar**

Uma categoria que emerge de forma marcante no discurso dos entrevistados está relacionada com o apelo político da FPAF e a influência exercida sobre os agricultores familiares que dela participam, no que se refere à motivação em difundir o trabalho do pequeno produtor. Os entrevistados mencionam a importância desta feira para o município e para a divulgação da agricultura familiar como atividade promotora de qualidade de vida. Conforme relatado nas entrevistas, há preocupação com a venda e a procedência dos produtos, bem como em promover o local como ponto de acesso e transmitir conhecimentos sobre alimentos orgânicos ou agroecológicos e seus benefícios para uma alimentação saudável. A troca direta com o público possibilitada pela FPAF traz visibilidade ao tema e ao trabalho desempenhado por esses produtores. Ademais, destaca-se o entendimento do grupo sobre o valor de seu próprio trabalho e a importância de ser um agente a disponibilizar alimentos saudáveis à população, alinhando estes achados com o estudo de Ell *et al.* (2012) e, mais recentemente, com o trabalho de Pereira, Brito e Pereira (2017). Algumas afirmações feitas pelos entrevistados exemplificam os achados da pesquisa:

“É importante, porque as pessoas procuram se alimentar melhor, com coisas boas, e é muito difícil achar. (...) Não é todo lugar que tem, então é muito importante a gente estar aqui fazendo feira para essas pessoas poderem comprar” (Agricultora familiar 2 em entrevista aos autores).

“Fico muito feliz de produzir uma coisa boa, que não faz mal para mim e nem para os colegas que compram produtos que não vão prejudicar a saúde” (Agricultor familiar 6 em entrevista aos autores).

“É muito válido poder vender produtos agroecológicos, com qualidade e de uma forma acessível em um município da Baixada Fluminense. Você só vê produtos

orgânicos ou agroecológicos em zonas mais favorecidas” (Agricultor familiar 3 em entrevista aos autores).

Além disso, a possibilidade de comercializar seus produtos regularmente garante a formação de uma clientela fixa e renda, estimulando-os a continuar produzindo, contribuindo também para o crescimento da feira.

“É a nossa atividade econômica. Além da gente consumir o que a gente produz; tirar o sustento, o recurso desse produto, a gente gera venda. Todo mundo sai ganhando” (Agricultor familiar 5 em entrevista aos autores).

“Além de ser o nosso espaço de venda, é onde a gente pode fazer contatos e divulgar o que a gente faz” (Agricultora familiar 4 em entrevista aos autores).

É importante observar que os obstáculos enfrentados quanto à qualidade de vida e trabalho, a necessidade de maior investimento do poder público e de engajamento do consumidor foram registrados nos discursos. Os agricultores ainda se sentem marginalizados e pouco reconhecidos pelas instituições públicas e as pessoas externas ao meio. Apesar da visibilidade trazida pela FPAF, os entrevistados ainda mostram em suas narrativas as dificuldades enfrentadas por suas famílias em consolidar a atividade, reforçando a dedicação e o potencial de seu trabalho.

“Num projeto de sem-terra, eles [avós] ganharam essa terra... Difícil no começo. Tiveram que morar em barraca de lona, brigando pelo espaço. Mas todo mundo trabalha para caramba, acorda cedo, é uma dedicação...” (Agricultor familiar 5 em entrevista aos autores).

“la ser muito melhor para a agricultura se o governo ajudasse os assentados, doasse máquinas para ajudar na produção (...) a gente poderia até fornecer alimentos para merenda escolar em Caxias”. (Agricultor familiar 7 em entrevista aos autores).

Durante as visitas à feira, os agricultores relataram estar devidamente cadastrados em instituições de representação política e social na esfera municipal, além de incluídos nas principais políticas públicas vigentes. Contudo, as narrativas mostram que ainda há distanciamento e a representação política para a classe não é tão efetiva em suas rotinas.

## **(2) Alimento sustentável pelo pequeno produtor**

As narrativas mostram que há a percepção do benefício trazido pelo manejo utilizando com responsabilidade ambiental vinculado a iniciativas de engajamento e fortalecimento da comunidade por meio das trocas. Esse posicionamento aponta a associação aos ideais de sustentabilidade que remetem às atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas. O discurso dos agricultores vai além do produto que traz benefícios à saúde, cultivado sem aditivos ou defensivos sintéticos. Destacam ainda sua visão de que é a melhor forma de garantir a procedência até a chegada à mesa dos consumidores de maneira ecologicamente limpa. Nas conversas com os pesquisadores, expressões como “natural”, “que a natureza dá”, “respeitando a natureza” eram frequentes. Assim sendo, fica evidente a preocupação com o impacto da atividade agrícola e a aprovação das suas condutas.

A gente sempre se alimentou de coisa natural assim. Mas sempre tinha um agricultor [no Espírito Santo] que usava remédio e podia contaminar alguma fruta, verdura. Agora, morando aqui, não tem isso. É tudo da natureza, mesmo. (...) É comida natural, legume e verdura que vem de lá mesmo do sítio (Agricultor familiar 6 em entrevista aos autores).

Quanto à identificação como grupo social que se apoia entre os próprios componentes, observou-se uma importância dada ao fornecimento de sementes entre os próprios integrantes do assentamento como forma de garantir a qualidade do alimento futuro. Os agricultores até hoje tentam manter a prática, apesar de se reconhecer certa dificuldade.

“Até mesmo as sementes que antigamente pegava com vizinhos, hoje em dia é mais difícil. Você só tem algumas sementes se comprar no mercado, e ainda assim não sabendo como essa semente foi feita” (Agricultor familiar 3 em entrevista aos autores).

O perfil dos agricultores FPAF é semelhante àqueles que participaram do estudo de Santos et al. (2013), no que se refere à cultura de sustentabilidade e à propensão em se solidarizar com seus pares do grupo social. A temática da procedência do alimento e os benefícios da prática agroecológica, no cotidiano da própria família e do consumidor, aparece em estudos que realizam discussões teóricas, como exemplo o de Castro Neto et al (2010). Contudo, em alguns trabalhos que avaliam as percepções dos produtores sobre o assunto, é observado que os trabalhadores não as têm de maneira aprofundada (SILVA, 2017; ALMEIDA et al. 2018). Nesta pesquisa, os resultados obtidos nesta categoria destacam a percepção avançada dos agricultores da FPAF. O trecho a seguir retrata a visão dos agricultores de Duque de Caxias sobre o tema:

“Eu me preocupo com o que o ser humano come, como ele veste, o que respira e como vive em meio à sociedade. (...) A agricultura é o início do ciclo da vida”. (Agricultor familiar 3 em entrevista aos autores).

### **(3) Tradição nos meios de produção**

Com base nas entrevistas, observa-se poucas modificações nos métodos de cultivo ao longo do tempo de residência das famílias no assentamento. Apesar da inserção de alguns aparatos tecnológicos, os agricultores ainda convivem com o distanciamento da tecnologia de ponta. Há também indícios de um sistema de compartilhamento dos escassos recursos, para auxiliar na sua produção.

“Não mudou muita coisa. O cultivo ainda é muito parecido. A maior diferença é que antes a gente vivia em estrutura de lona”. (Agricultora familiar 4 em entrevista aos autores).

“Hoje em dia a gente tem algumas máquinas, não é? Aí facilita, mas antigamente era tudo na mão mesmo. A gente tem um trator que é do assentamento onde a gente mora, aí a gente paga para poder usar”. (Agricultora familiar 2 em entrevista aos autores).

Além dos citados, outros três entrevistados dizem que todo o método de produção dos alimentos agroecológicos em suas propriedades é realizado basicamente de forma manual, como antes. Tais relatos evidenciam uma condição de heterogeneidade no acesso do pequeno produtor às tecnologias tão disseminadas nos cultivos da agricultura convencional, assumindo as diferenças existentes como obstáculos no desenvolvimento da agricultura familiar.

“Todo o processo produtivo na época dos meus pais e avós era manual, eu só vim conhecer máquinas e tratores quando cheguei no Rio de Janeiro”. (Agricultor familiar 7 em entrevista aos autores).

“Minha família sempre mexeu com café. Desde lá no Espírito Santo e depois quando viemos para cá. Já trabalho com café há 40 anos. (...) O cultivo é do mesmo jeito desde que eu comecei”. (Agricultor familiar 8 em entrevista aos autores).

Esta constatação corrobora com outros estudos sobre a caracterização e as mudanças nos sistemas de produção da agricultura agroecológica, como os trabalhos de Campanhola e Valarini (2001), Santos e Monteiro (2004), Moraes e Oliveira (2017).

Ao longo da cadeia de produção dos agricultores de Duque de Caxias, observa-se que a organização em comunidade, nos moldes de uma cooperativa agrícola, favorece a etapa de distribuição e comercialização na feira. A organização em redes locais ou cooperativas é uma forma de facilitar as operações logísticas e uma alternativa de efetuar as vendas para aqueles que produzem alimentos agroecológicos, mas esbarram nas dificuldades de certificação, como realizado pelo grupo pesquisado por Campanhola & Valarini (2001) e Souza, Batista e César (2019).

As conversas com os produtores da FPAF indicam que, apesar de reconhecerem a forma mais rudimentar das suas condições de cultivo, há uma visão positiva por parte de alguns entrevistados sobre o aspecto manual das técnicas empregadas. O discurso traz à tona um significado de tradição atribuído ao trabalho, ainda que conflite, em certos pontos, com as queixas sobre as dificuldades enfrentadas pelo pouco acesso à tecnologia.

#### **(4) Significado da Comida da Roça**

As concepções de alimentação saudável, alimentação de qualidade, relação com a terra e com a família, na perspectiva dos agricultores, emergem de forma singular no conceito de “comida da roça”. Ao serem indagados sobre a alimentação, os debates mostraram essas concepções já citadas como padrão de resposta. Essa percepção reforça a identidade do produtor com a sua terra e mostra a dimensão de importância dada por eles à agricultura orgânica e agroecológica.

Praticamente todos os entrevistados definiram como saudável e verdadeiro aquilo que eles mesmos eram capazes de produzir e levar à própria mesa, garantindo assim o conhecimento sobre a procedência e a qualidade dos alimentos ingeridos. Chamados pelos entrevistados de “comida da roça”, os alimentos agroecológicos representam a forma tangível de sua identidade individual e como grupo social, uma vez que o termo também esteve carregado de significados atribuídos às memórias afetivas e do consumo em comunidade dos produtos cultivados.

Os agricultores caxienses demonstram ter bastante noção dos benefícios da alimentação baseada em orgânicos e tentam levar o conceito de “comida da roça” aos seus clientes durante as exposições na feira.

“É o que não prejudica a sua saúde. (...) Tudo que a gente conseguir plantar, a gente come. (...) Inhamé é o preferido. Aipim também, quando é para fazer bolinho. (...) É a receita que reúne a família”. (Agricultora familiar 4 em entrevista aos autores).

“São comidas saudáveis, que você consegue plantar e colher, e alimentos sem agrotóxicos. Essa cultura do veneno na alimentação e de comida comprada em mercado faz as crianças terem problemas de saúde...”. (Agricultor familiar 7 em entrevista aos autores).

Observa-se, portanto, que os agricultores percebem que os alimentos agroecológicos contribuem para constituí-los enquanto indivíduos. Além de plantar,

estes agricultores consomem os alimentos no cotidiano e desenvolvem receitas especiais, que permitem a participação de todos os membros da família, reunindo e comungando da identidade comum de “agricultores familiares”. Ao narrarem a importância da comida da roça articulada ao consumo de alimentos agroecológicos por eles plantados, os agricultores familiares apontam que a seleção do alimento, o preparo envolvendo membros da família e a reunião para comer sugerem a existência de uma profunda relação desses trabalhadores com sua atividade.

“A gente gosta de Frango com quiabo, caldo de inhame, de aipim... É prato típico de roça e sempre relacionado ao que a gente plantou” (Agricultor familiar 5 em entrevista aos autores).

Bolinho de aipim, mas só minha mãe mesmo que sabe isso. É a receita que reúne a família... Cada familiar tem uma função. A gente faz o recheio, meu pai amassa a massa, minha mãe monta os bolinhos e o meu pai frita (Agricultora familiar 4 em entrevista aos autores).

Da mesma forma que se verificou com os agricultores familiares participantes da FPAF, Santos *et al.* (2013) mostram que a escolha pela atividade agrícola orgânica por parte de produtores da Feira Agroecológica da Orla de Olinda – PE está pautada na valorização dos alimentos orgânicos como essencialmente saudáveis.

## 5 Discussão

A garantia de acesso às políticas públicas abrangidas pela Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006) não reflete diretamente em uma melhora nas condições de vida e trabalho dos produtores familiares alvos desta pesquisa. Os resultados mostram que há significações de importância econômica, social e de promoção da saúde atribuídas pelos agricultores ao seu trabalho, mas também um reconhecimento da falta de visibilidade e necessidade de maior atuação do poder público em prol da classe. As políticas públicas destinadas à agricultura familiar se iniciaram na década de 1990 com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ampliando-se principalmente nos anos 2000 (GRISA *et al.* 2017; GOULART; VIEIRA; BITTENCOURT, 2021). Diversos atores compõem a rede nacional engajada no suporte aos trabalhadores familiares, todavia, em várias ocasiões, não são atuantes de forma satisfatória aos objetivos dos programas, revelando a incapacidade de mitigar as desigualdades existentes entre os grupos familiares (GRISA *et al.* 2017; AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018; GOULART; VIEIRA; BITTENCOURT, 2021). Apesar do maior alcance e capacidade financeira dos programas federais, a discrepância entre os grupos familiares, somada às dificuldades burocráticas de adequação e certificações necessárias, além do privilégio de crédito aos núcleos mais capitalizados, mantém a maior parte dos pequenos produtores às margens do suporte governamental (BELIK, 2015; CAZELLA; CAPELLESSO; SCHNEIDER, 2020), incluindo os trabalhadores desta pesquisa. Os agricultores caxienses dependem do suporte das menores esferas do poder público, principalmente a municipal, e da própria capacidade de organização enquanto grupo. Por conta disso, a participação política em reivindicações surpreende quando se considera a sua vulnerabilidade econômica. A partir disso, torna-se mais clara a contribuição para o processo de

construção identitária como agricultor familiar e a atribuição de significados de importância à atividade e à FPAF como estratégia de promoção do grupo.

A feira configura-se como um ponto de acesso a alimentos produzidos por agricultores da baixada fluminense do Rio de Janeiro. Desempenha um papel essencial para a visibilidade e espaço para esses produtores, formação de vínculos, criação de memórias e construção de identidade relacionada à alimentação, gerando ainda o sentimento de pertencimento para esse grupo, semelhante ao observado nos estudos de Cassol e Schneider (2015) e Silva-Lacerda *et al.* (2016).

Sobre a perspectiva dos agricultores quanto ao manejo sustentável na produção do alimento, trazida na segunda categoria, nota-se que a preocupação com o caminho percorrido até a mesa do consumidor está enraizada na comunidade dos assentados. A resistência ao uso de agrotóxicos e a busca em manter a troca de sementes entre os componentes do grupo reafirmam suas convicções sobre a agricultura familiar ser uma atividade promotora da sustentabilidade e segurança alimentar. Vale ressaltar que o significado de sustentabilidade atribuído pelos agricultores pesquisados e a percepção dos riscos do uso de pesticidas não pode ser generalizado para todas as atividades da agricultura familiar brasileira, logo, ele abarca somente o contexto em que estão inseridos os entrevistados. Outros estudos mostram que núcleos familiares usam defensivos e adubação químicos no Rio de Janeiro (PAES; ZAPPES, 2016) e outras localidades do país (OLIVEIRA; ZAMBRONE, 2006; ABREU; ALONZO, 2016; CRAVEIRO *et al.*, 2019; BUSATO *et al.*, 2019).

Os dados coletados nas visitas à FPAF indicam a organização dos produtores em comunidade, nos moldes de uma cooperativa agrícola, para participarem do comitê gestor da feira e de eventuais chamadas públicas da administração municipal. Porém, é importante frisar que não há inscrição formal dos participantes em quaisquer cooperativas oficiais. Ainda que haja o gasto com o transporte e maquinário por parte dos feirantes, essa é a maneira encontrada para vencer os desafios logísticos. Wanderley (2017, p. 80) afirma que esclarecer as diferenças internas do abrangente grupo da agricultura familiar é necessário para “reconhecer suas particularidades e adequar as políticas públicas às suas demandas e necessidades”, impedindo a marginalização dos agricultores.

Entre as demandas observadas nas falas dos entrevistados, o acesso aos equipamentos mais modernos aparece como solução para as condições de trabalho, mas não se mostra um impedimento para a atividade. Os meios de produção predominantemente manuais são característicos dos grupos familiares menos capitalizados, que necessitam de financiamento para aquisição de maquinário (BUAINAIN, 2006; BELIK, 2015; AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018). Os agricultores pesquisados possuem acesso limitado à tecnologia e afirmam dar continuidade aos métodos de cultivo vindos das gerações passadas. Sob um olhar externo, este fato reflete a distinção dos recursos destinados à agricultura familiar em comparação ao agronegócio. Todavia, para os agricultores, essa é uma realidade já consistente e a manutenção das técnicas rudimentares de cultivo possui significado de tradição atribuído à atividade. De certo, há desejo pela modernização quando se encontra oportunidade, mas o esforço ao manter o cultivo tradicional é bem-visto, sendo elemento constituinte da identidade de agricultor familiar defendida com orgulho por eles, como visto na terceira categoria dos resultados.

A atribuição de significados relacionados à agricultura familiar e a FPAF, mostra a importância do comércio em pequenos circuitos. Nos circuitos curtos de comercialização, o agricultor tem maior autonomia, com uma valorização maior de seus produtos em virtude da garantia de procedência e mão de obra. Apesar das vantagens da venda direta, o acesso a esses canais é, geralmente, limitado pela falta de informação, de documentação e dificuldades para o atendimento às exigências por volume, periodicidade, diversidade dos itens ofertados (DAROLT, 2013). Nos depoimentos dos entrevistados ficou evidente a preocupação com o preço de venda mais elevado e a preferência do grande público por produtos do comércio tradicional.

Na última categoria identificada na narrativa dos produtores, é tratado o conjunto de concepções que se reúne na definição de “comida da roça”. Existe a significação atribuída aos alimentos agroecológicos como forma de alimentação genuína e verdadeiramente saudável. Em razão do papel ativo e militante dos agricultores familiares nesse processo, ao se verem como meio de acesso ao produto agroecológico, reforçam a identidade do pequeno produtor, sendo tal atividade expressão significativa de seu “papel no mundo”. Sendo a “comida da roça” aquilo que eles são capazes de cultivar para seu consumo e disponibilizar para um público que preza pela saúde. Pontua-se que tanto a atividade quanto o produto são elementos constituintes do indivíduo agricultor, já que estão associados às suas dinâmicas profissional e social.

Nesse sentido, os alimentos por eles produzidos representam uma extensão de quem estes agricultores familiares “são” no mundo. Esses achados vão ao encontro com as contribuições de Belk (1988; 2018) sobre o papel do comportamento do consumidor na construção da identidade social. Como também salientado por Ahuvia (2005), Araujo e Rocha (2019), Winkler (2018) e Lima (2021), quando há uma relação de afetividade por um objetivo ou mesmo pela prática de uma atividade, estas ajudam a constituir “quem nós somos”, porque as crenças ideológicas são frutos da nossa trajetória de vida e geram consequências reais nos comportamentos, contribuindo para gerar a identidade social.

## 6 Conclusão

A agricultura familiar é uma atividade com diversidade de recursos econômicos, tecnológicos, mão de obra e divisão de terras. A grande parte dos agricultores familiares têm ficado à margem do processo de inovação, mas, ainda assim, o setor tem um faturamento relevante no cenário nacional.

Esta pesquisa exploratória pretendeu evidenciar a perspectiva do pequeno agricultor quanto a importância de sua atividade, o reconhecimento de suas potencialidades, além de investigar os significados construídos por eles para o consumo de alimentos agroecológicos. E mais, os resultados da análise fornecem indicativos sobre a comunicação da identidade social dos envolvidos como agricultores familiares. Elementos desta identidade social podem ser identificados no discurso dos participantes através dos significados atribuídos por eles às questões de visibilidade, rotina de trabalho, obstáculos enfrentados e sua expectativa de serem reconhecidos como agentes transformadores da economia e da sociedade.

Nesse contexto, os resultados encontrados ao longo deste artigo sugerem que a FPAF se constitui como um espaço de divulgação dessas ideias e construção de

identidade para o grupo em estudo. Foi possível observar a existência de quatro categorias estruturantes das significações trazidas pelos entrevistados. Por meio da análise das entrevistas, percebe-se que a prática da agricultura familiar, na perspectiva dos participantes, se baseia em técnicas manuais que perduram até os dias atuais como uma tradição. As narrativas mostram que esse modo de trabalho precarizado, mesmo comunicado com alguns aspectos positivos de orgulho, reflete a necessidade de assistência e a dificuldade de acesso a aparato tecnológico e logístico. Somado a isso, a percepção de que o alimento orgânico representa a “comida de verdade” é outro que elemento que emerge das histórias pessoais desses agricultores, assumindo caráter representativo de suas identidades sociais. O grupo estudado reconhece a própria importância e tenta perpetuar seu trabalho como agente transformador na sociedade, inclusive como incentivadores de práticas de consumo alimentar mais saudável e sustentável.

O consumo de alimentos orgânicos ainda é bem discreto se comparado aos alimentos convencionais. O preço um pouco mais elevado, os pontuais locais de acesso a esses produtos e a ainda insuficiente disseminação sobre a importância de seu consumo para a saúde contribuem negativamente para o agravamento desse quadro, segundo os entrevistados. Disponibilização de informativos em canais digitais, material de divulgação da atividade e estímulo ao consumo podem ser soluções efetivas para essa situação. Além disso, seria importante o incentivo ao desenvolvimento de projetos em instituições, como prefeitura e universidades, que possam promover iniciativas de plantio e vendas de alimentos orgânicos. Assim, seria possível combinar inovações tecnológicas, novas formas de organização de produtores, não se limitando ao crédito subsidiado ou à proteção do governo federal, já que estes podem ser ineficazes em diminuir a vulnerabilidade da classe.

A elaboração deste estudo reafirma a diversidade do perfil do produtor agrícola, os desafios da agricultura familiar, reforça a importância de maior apoio a esses agricultores e da promoção de saúde com o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. Por limitar-se a um contexto específico, recomenda-se que o estudo do tema na perspectiva do grupo inserido seja disseminado para outras localidades a fim de trazer ao público externo a percepção dos agricultores acerca do potencial de seu trabalho e dos desafios a serem enfrentados.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

ABREU, Lucimar Santiago; BELLON, Stéphane; BRANDENBURG, Alfio; OLLIVIER, Guillame; LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir Roberto; AVENTURIER, Pascal. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 143-160, 2012.

ABREU, Pedro Henrique Barbosa de; ALONZO, Herling Gregorio Aguilar. O agricultor familiar e o uso (in) seguro de agrotóxicos no município de Lavras/MG. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000130015>

AHUVIA, Aaron C. Beyond the extended self: Loved objects and consumers' identity narratives. **Journal of consumer research**, v. 32, n. 1, p. 171-184, 2005. DOI:

<https://doi.org/10.1086/429607>

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A evolução do espaço agrário fluminense. **GEOgraphia**, v. 7, n. 13, 2005. DOI:

<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2005.v7i13.a13501>

ALMEIDA, Luanna Cabral de; SILVA, João Manoel da; NASCIMENTO, Sheylla Patrícia Gomes do; DE ARAÚJO, Romário Guimarães Verçosa; SILVA, Clayton dos Santos; DE LIMA, Jessé Rafael Bento; CRISTO, Crisea Cristina Nascimento de; DOS SANTOS, Tania Marta Carvalho; COSTA, Jakes Halan de Queiroz. Perfil social e percepção de feirantes sobre agricultura de base orgânica e agroecológica. **Revista Ciência Agrícola**, v. 16, p. 71-74, 2018.

ALVES, Alda Cristiane Oliveira; SANTOS, André Luis de Sousa dos; AZEVEDO, Rose Mary Maduro Camboim de. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 19-27, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.voi16.1362>

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 56, p. 123-142, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>

ARAUJO, Fábio Francisco de; BITAR, Nina Pinheiro; DE SOUZA SANTOS, Marta Maria Antonieta; BAIÃO, Mirian Ribeiro; DA SILVA, Tamires Christine Pereira. Experiências de Consumo no Samba: Um estudo sobre o processo de significação da Feijoada Portelense. **Revista Alceu**, v. 19, n. 38, p. 142-163, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v19.ed38.2019.20>

ARAUJO, Fábio Francisco de; ROCHA, Angela da. The redefining of later life through leisure: music and dance groups in Brazil. **Leisure Studies**, v. 38, n. 5, p. 712-727, 2019.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 6, p. 67-80, 2002.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e agricultura familiar na região centro-sul do estado do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, p. 155-177, 2005. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0103-20032005000100009>

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula; FRANÇA, André Guerra de Melo; COELHO, Amanda de Melo. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros<sup>1</sup> Este artigo resulta de pesquisa apoiada pela Fapemig. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 577-593, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187826>

BAHIENSE, Douglas Vianna; SOUZA, PAULO; PONCIANO, Nivaldo José. Incentivos à produção de frutas e as mudanças na agricultura da região norte do estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 37, n. 2, p. 387-395, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-2945-096/14>

BARBOSA, Wescley de Freitas; DE SOUSA, Eliane Pinheiro. Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 8, n. 4, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ret.v8i4.30784>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, Henrique O. Monteiro de. A permanência da agricultura familiar no capitalismo: o caso dos brejos do agreste de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 4, n. 2, 1988.

BELK, Russell. Possessions and extended self. **Journal of Consumer Research**. 1988; 15. DOI: <https://doi.org/10.1086/209154>

\_\_\_\_\_. Ownership: The extended self and the extended object. In: PECK, Joann; SHU, Suzanne B. (Eds.). **Psychological ownership and consumer behavior**. Cham: Springer, 2018. p. 53-67. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-77158-8>

BELIK, Walter. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 9-30, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301001>.

BORSATTO, Ricardo Serra; DUVAL, Henrique Carmona; GRIGOLETTO, Fábio; DE LIMA SANTOS, Leandro; DE ANDRADE, Victória Rosália Silveira; DE ALMEIDA FERNANDES, Larissa Cristina. Desafios do programa de aquisição de alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares. **DRd-Desenvolvimento Regional Em Debate**, v. 10, p. 1104-1122, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2897>

BRASIL, Lei. 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. 24 Jul 2006.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo; OLIVEIRA GOMES, Carolina Belasquem de. A agroecologia como instrumento efetivador do desenvolvimento sustentável. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 10, n. 2, 2020. Disponível em: < <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/8981> >

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006. 136p.

BUSATO, Maria Assunta; AREZI, Beatris Aparecida; SOUZA, Marcia Aparecida; TEO, Carla Rosane Paz Arruda; LUTINSKI, Junir Antonio; FERRAZ, Lucimare. Uso e manuseio de agrotóxicos na produção de alimentos da agricultura familiar e sua relação com a saúde e o meio ambiente. **HOLOS**, v. 1, p. 1-9, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2019.5006>

CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2001.v18.8851>

CARES BUSTAMANTE, Paula Margarita Andrea; ESDRAS LEITE, Marcos; DE FÁTIMA BARBOSA, Françoise. A importância da agricultura familiar no âmbito do agronegócio brasileiro. **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 23, n. 3, p. 113-139, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/conflu.v23i3.48214>

CARNEIRO, Maria José; ROCHA, Betty Nogueira. Limites e possibilidade da construção de “territórios de desenvolvimento” na Região Serrana do Rio de Janeiro. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 251-276, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p251>

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Para além das dualidades: o rural não agrícola no estado do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Maria José. (Org.) **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2012.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: revista de cultura e política**, v. 95, p. 143-180, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445143-177/95>

CASTRO NETO, Nelson.; DENUZI, Vanessa Stafusa Sala; RINALDI, Rúbia Nara; STADUTO, Jefferson A. Ramundo. Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. **Revista Percurso**, v. 2, n. 2, p. 73-95, 2010.

CAZELLA, Ademir Antonio; CAPELLESSO, Adinor José; SCHNEIDER, Sergio. A abordagem do Não-Recurso a políticas públicas: o caso do crédito rural para a agricultura familiar. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 7, n. 1, p. 48-67, 2020.

CHECHI, Leticia Andrea. Iniciativas do Estado e da articulação nacional de Agroecologia na construção da PNAPO e das PLANAPÓS. **Revista Extensão Rural, DEAER-CCR-UFSM, Santa Maria**, v. 24, n. 4, p. 48-64, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179628944>

CORONA, Hieda Maria Pagliosa; VASQUES, Samuel Tafernaberi Vasques; GODOY, Wilson Itamar. Dinâmicas socioeconômicas dos feirantes agricultores familiares de

Chapecó (SC). **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 1, p. 237-261, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v23i1.10532>

CRAVEIRO, Sebastião Alves; SOBRINHO, Oswaldo Palma Lopes; SANTOS, Francisca Inalda Oliveira; OLIVEIRA, Luciana dos Santos; PEREIRA, Álvaro Itaúna Schalcher. Diagnóstico situacional sobre o uso de agrotóxicos por agricultores familiares do campo agrícola Fomento em Codó, Maranhão, Brasil. **Revista Saúde e Meio Ambiente**, v. 9, n. 3, p. 1-14, 2019. Disponível em: <<https://desafioonline.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/8582>>

CUENIN, Pauline Hélène Cécile Marie; BOTELHO, Maria Izabel Vieira; SANTOS, Daniel Silva do Carmo; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; CARDOSO, Irene Maria. A transição para um sistema agroalimentar mais sustentável: o papel da Agroecologia e suas mudanças epistemológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 13, 2019. DOI: 10.33240/rba.v14i2.22946. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/22946>. Acesso em: 22 nov. 2020

CUTHBERTSON, L. M.; ROBB, Y. A.; BLAIR, S. Theory and application of research principles and philosophical underpinning for a study utilising interpretative phenomenological analysis. **Radiography**, v. 26, n. 2, p. e94-e102, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.radi.2019.11.092>

DAROLT, Moacir Roberto. Mercados locais, circuitos curtos e novas relações produção-consumo. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

DE FREITAS, Giovanni Barillari. O Estado e as políticas públicas que tornaram a agricultura familiar uma agente importante do desenvolvimento. **Mediações**, v. 23, n. 2, p. 366-389, 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018.2v23n2p366

DE PAULA, Márcia Maria; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luís Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/883>>. Acesso em: 10 Ago. 2021.

DIAS, Valéria da Veiga; SCHULTZ, Glauco; SCHUSTER, Marcelo da Silva; TALAMINI, Edson; RÉVILLION, Jean Philippe. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 155-174, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC841V1812015en>  
DO CARMO, Maristela Simões. A Produção Familiar como Locus Ideal da Agricultura Sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.45, n.1, p.1-15, 1998.

DREBY, Joanna; JUNG, Gowoon; SULLIVAN, Rachel. At the nexus of work and family: Family farms in upstate New York. **Journal of Rural Studies**, v. 49, p. 151-161, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.12.001>

DURAM, Leslie A. Agents' perceptions of structure: How Illinois organic farmers view political, economic, social, and ecological factors. **Agriculture and Human Values**, v. 17, n. 1, p. 35-48, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1007632810301>

ELL, Erica; OLIVEIRA E SILVA, Denise; NAZARENO, Eleusis Ronconi de; BRANDENBURG, Alfio. Concepções de agricultores ecológicos do Paraná sobre alimentação saudável. **Revista de saúde pública**, v. 46, p. 218-225, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102012005000020>

ELLIOTT, Richard; JANKEL-ELLIOTT, Nick. Using ethnography in strategic consumer research. **Qualitative market research**, v. 6, n. 4, p. 215-223, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1108/13522750310495300>

EMATER-RIO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Dados da produção agropecuária**. Rio de Janeiro: EMATER-RIO, 2018. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br/RelatorioAtividades2018.pdf>. Acesso em: 07/05/2021.

EMBRAPA. Artigo - QUAL É A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL E EM RONDÔNIA? 2020. **EMBRAPA**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo--qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acesso em: 3 jul. 2023.

EMERICK, Vinicius Ventura de Oliveira; PESSÔA, Marcela de Oliveira. Análise da produção agrícola municipal no Norte Fluminense entre 1990 a 2013. **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, v. 3, n. 1, p. 2-18, 2017.

ESTEVAM, DIMAS DE OLIVEIRA; SALVARO, GIOVANA ILKA JACINTO; DOS SANTOS, VANDA JANDIRA DALA. Os desafios da inserção formal de produtos da agricultura familiar no mercado. **Redes - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 1, p. 262-281, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v23i1.11176>

FENATA. **Portal FENATA: Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas**. Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo! 2019. Disponível em: < <https://www.fenata.com.br/site/index.php/noticias-gerais/596-agricultura-familiar-do-brasil-e-8-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo> > Acesso em: 18 jul 2020.

FERNANDES, Carolina; VINHAS, Luciana Iost. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em Discurso**, v. 19, p. 133-151, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190101-DO0119>

FERNANDES, Shaline Séfara Lopes; SANTIAGO, Etenaldo Felipe; PADOVAN, Milton Parron; CARNEIRO Leandro Flávio; VIRGINIO FILHO, Elias de Melo. Serviços ambientais culturais e de suporte: percepção por agricultores familiares em sistemas agroflorestais do Brasil e Costa Rica. **Research, Society and Development**,

v. 9, n. 12, p. e11691210783 - e11691210783, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10783>

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **Agricultura orgânica: Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói – Rio de Janeiro: PESAGRO, 2009. 119 p.

FOSSÁ, Juliano Luiz; COMERLATTO, Dunia; MATTEI, Lauro Francisco. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) na percepção de agricultores familiares. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento [Online]**, v. 7, n. 5, p. 670-693, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6674372>>

FRANZESE, Miriam Vidal Correia; PILATTI, Daniella Figuerôa. O papel da gestão estratégica no desenvolvimento da agricultura familiar paulista. **Revista Processando o Saber**, v. 11, p. 31-56, 2019. Disponível em: <<https://www.fatecpg.edu.br/revista/index.php/ps/article/view/24>>

FREITAS, Bruna Alessandra de Gouveia; SANTOS, Erika Vanessa Moreira. AA ESPACIALIZAÇÃO DA FRUTICULTURA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE FLUMINENSE. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, v. 9, n. 1, p. 40-59, 2018.

FREITAS, Wesley de.; WANDER, Alcido Elenor. O perfil socioeconômico da agricultura familiar produtora de hortaliças em Anápolis (GO, Brasil). **Revista de Economia da UEG**, v. 13, n. 1, p. 192-213, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5562854>

GALHARDO, Luiz Ricardo; DA SILVA, Laura Fernanda Simões; LIMA, Ângela Simone Freitag. Produtores orgânicos no Brasil e seus organismos certificadores. **Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 37-45, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4322/2359-6643.08105>

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecology: Growing the roots of resistance. **Agroecology and sustainable food systems**, v. 37, n. 1, p. 19-31, 2013. DOI: 10.1080/10440046.2012.736927

\_\_\_\_\_. **Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems**. 3ª ed. Boca Raton: CRC Press, 2014. 405p. DOI: <https://doi.org/10.1201/b17881>

GOULART, Luciana Nunes; VIEIRA, Diego Mota; BITTENCOURT, Daniela Matias de Carvalho. A rede da Política Nacional de Agricultura Familiar no Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 96-110, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190125>

GRISA, Catia. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 38, n. 1, p. 36-50, 2018. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.37>

GRISA, Catia; CHECHI, Leticia. Narrativas sobre sustentabilidade, produção orgânica e agroecologia nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v.19, n.2, p.125 - 166, 2016. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i2.241

GRISA, Cátia; KATO, Karina Yoshie Martins; FLEXOR, Georges Gérard; ZIMMERMANN, Sílvia Aparecida. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v20i1.50853>

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil:(1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200009>

GUANZIROLI, Carlos Enrique; VINCHON, Karina. Agricultura familiar nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense: determinantes do processo de geração de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 3, p. 353-367, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.186584>

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, p. 469-483, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132013000300003>

HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v21i1.1386>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017** – Resultados Definitivos. Brasília, 2019. Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf) > Acesso em: 06 jul 2020.

KROTH, Darlan Christiano; GEREMIA, Daniela Savi; MUSSIO, Bruna Roniza. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4065-4076, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.31762018>

LAMINE, Claire; DAWSON, Julie. The agroecology of food systems: Reconnecting agriculture, food, and the environment. **Agroecology and Sustainable Food**

**Systems**, v. 42, n. 6, p. 629-636, 2018. DOI:  
<https://doi.org/10.1080/21683565.2018.1432517>

LIMA, Ricardo Everton. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Ensaio de Geografia**, v. 7, n. 13, p. 31-42, 2021.

LIMA, Sandra Kitakawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre A.; ALVES, Fabio. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. 52p.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. **Naturalistic inquiry**. Londres: Sage, 1985.

LOCONTO, Allison Marie; FOUILLEUX, Eve. Defining agroecology: Exploring the circulation of knowledge in FAO's Global Dialogue. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 25, n. 2, p. 116-137, 2019. DOI <https://doi.org/10.48416/ijaf.v25i2.27>

LOPES JUNIOR, Edmilson Carlos de Almeida; MACEDO, André de Camargo; BORSATTO, Ricardo Serra; SANTOS, Leandro de Lima; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de. Desafios do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar em pequenos municípios. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 2, p. 172-189, 2018. DOI: [10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2018.v21i2.324](https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2018.v21i2.324).

LOURENÇO, Andréia Vigolo; SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. A agricultura orgânica no Brasil: um perfil a partir do censo agropecuário 2006. **Extensão Rural**, v. 24, n. 1, p. 42-61, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179624514>  
MACHADO, Felipe da Silva. Agricultura metropolitana e resiliência na hinterlândia rural do Rio de Janeiro. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 70, p. 331-346, 2019.  
\_\_\_\_\_. Rural change and farming resilience 'on the ground': approaching a relational perspective to strengthen local governance in the Brazilian countryside. **People, Place & Policy Online**, v. 14, n. 3, 2020.

MARAFON, Glaucio José. Quais mudanças em curso no campo fluminense? **Geo Uerj**, n. 31, p. 356-370, 2017. DOI: [10.12957/geouerj.2017.32068](https://doi.org/10.12957/geouerj.2017.32068)

MARAFON, Glaucio José. Transformações no espaço rural fluminense: o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs). **Revisitando o Território Fluminense VI**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. 370p.

MARCHETTI, Fábio; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; DAGOBERTO DOS SANTOS, João; CAMPELO E SILVA, Felipe Otávio. Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 284-311, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-2>

MARINI, Filipe Silveira; XAVIER; Lucas Hipolito; SILVA, Daniel Vilarde; BARROS; José Romário Lacerda de; BARBOSA, Gustavo José; SILVA, Flávia Janaína de Araújo; SILVA, Valter da. Panorama da certificação de produtos orgânicos no Brasil e dos instrumentos nacionais de garantia da conformidade: uma análise a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. **Gaia Scientia**, v. 10, n. 4, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n04a43>

MARTINS FILHO, José Bonifácio; DE MENESES, Klara Cunha; COUTINHO, Renata Santos; REINALDO, Lindykeila Ferreira; PIRES, Isabela Cristina Gomes; FERRÃO, Gregori da Encarnação. Perfil socioeconômico e práticas agrícolas de agricultores familiares no município de Chapadinha (MA). **Natural Resources**, v. 9, n. 1, p. 1-10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.6008/CBPC2237-9290.2019.001.0001>

MATTOS, Cristiane Passos de; AZEVEDO IRVING, Marta de; SEABRA, Lilia dos Santos. Significados da agricultura familiar pela perspectiva local: o caso da Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro da Serra (Rio de Janeiro, Brasil). **Interações (Campo Grande)**, v. 22, n. 1, p. 225-241, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v22i1.2688>

MCCRACKEN, Grant. **The Long Interview-Qualitative Research Methods**, Series 13. Califórnia: Sage publications. Inc., 1988.

MEDINA, Gabriel; NOVAES, Evandro. Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida. **Interações (Campo Grande)**, v. 15, p. 385-397, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000200016>

MIKLÓS, Andreas Attila de Wolinsk. Agroecologia: base para o desenvolvimento da biotecnologia agrícola e da agricultura. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE AGRICULTURA BIODINÂMICA, III, 1998, Piracicaba, SP. **Anais... A agroecologia em perspectiva**. São Paulo: SMA/CED, 1999.

MORAES, Murilo Didonet de; OLIVEIRA, Nilton Aparecido Marques de. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 3, n. 1, p. 19-37, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/rdsd.v3i1.3372>

MOURA, Diego Luz. **Pesquisa qualitativa: Um guia prático para pesquisadores iniciantes**. Curitiba: Editora CRV, 2021. 114p.

NETTO, Emilio Romanini; DENARDIN, Valdir Frigo; SCHAFFRATH, Valter Roberto. Modernização, mercantilização e olericultura: o protagonismo do trabalho familiar. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 1, p. 114-133, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.692>

NIEDERLE, Paulo André; SABOURIN, Erick; JOB SCHMITT, Claudia; DE ÁVILA, Mario Lúcio; PETERSEN, Paulo; SANTOS DE ASSIS, William. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **REDES – Revista do**

**Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 1, p. 270-291, 2019. DOI: 10.17058/redes.v24i1.13035

NIEDERLE, Paulo André; DORVILLE, Claire; LEMEILLEUR, Sylvaine. Diferenciação institucional na certificação de produtos orgânicos: uma comparação dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade no estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.224827>

OLIVEIRA, Daniela; GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo André. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **REDES – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14248>

OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix de; ZAMBRONE, Flavio Ailton Duque. Vulnerabilidade e intoxicação por agrotóxicos em agricultores familiares do Paraná. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 5, p. 099-106, 2006. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/profile/Flavio-Zambrone/publication/277225607\\_Vulnerabilidade\\_e\\_intoxicacao\\_por\\_agrotoxicos\\_em\\_agricultores\\_familiares\\_do\\_Parana/links/5710eado08aeebe07c023860/Vulnerabilidade-e-intoxicacao-por-agrotoxicos-em-agricultores-familiares-do-Parana.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Flavio-Zambrone/publication/277225607_Vulnerabilidade_e_intoxicacao_por_agrotoxicos_em_agricultores_familiares_do_Parana/links/5710eado08aeebe07c023860/Vulnerabilidade-e-intoxicacao-por-agrotoxicos-em-agricultores-familiares-do-Parana.pdf) >

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, pp. 13-37, 1996. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/41616179> >

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.

PAES, Raquel da Silva; ZAPPES, Camilah Antunes. Agricultura familiar no norte do estado do Rio de Janeiro: identificação de manejo tradicional. **Sociedade & Natureza**, v. 28, n. 3, p. 385-395, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-451320160305>

PEDROSO, Maria Thereza Macedo; CORCIOLI, Graciella; FOGUESATTO, Cristian Rogério. A crise do coronavírus e o agricultor familiar produtor de hortaliças. **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 39, p. 3740-3749, 2020. DOI: 10.21171/ges.v 14i3 9.3254

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 909-916, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>

PEREIRA, Viviane; BRITO, Tayrine; PEREIRA, Samanta. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.32813/rchv10n22017artigo6>

PETERSEN, P.; MUSSOI, E.; DAL SOGLIO, F. Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: advances and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 103-114, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/10440046.2012.735632>

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; BRANDENBURG, Alfio. Uma grande oportunidade: o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 1-18, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC549V1832015>

PORTILHO, Edilene; SANTOS, Leticia Ribeiro Pinto; BILHEIRO, Livea Cristina Rodrigues; MELO, Gabriel Alves Botelho; OLIVEIRA, Stéfane Ketlyn; MAJEROWICZ, Nidia; DIAS, Anelise. Fortalecimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense – RJ (Brasil): identidade camponesa e inclusão social. In: PINA, Helena; MARTINS, Felisbela (Eds). **THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE - A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems?** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. 409p.

POTRICH, Rafaela; GRZYBOVSKI, Denize; TOEBE, Carlisa Smoktunowicz. Sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais: um estudo exploratório sobre a percepção do agricultor. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 1, p. 208-228, 2017. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v25n1-9>

QUIJADA, Denis Willian; CAVICHIOLI, Fábio Alexandre; SOARES, Nathalia Maria. Influência das políticas públicas na agricultura familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, p. 340-351, 2020. DOI: [10.31510/infa.v17i1.751](https://doi.org/10.31510/infa.v17i1.751).

RIBEIRO, Mariana Emídio Oliveira; PÉRICO, Eduardo; FEIL, Alexandre André. Percepção dos agricultores familiares sobre a transição da agricultura tradicional para a agroecológica. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 13, n. 1, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v13i1a2021.2860>

RIVERA-FERRE, Marta G. The resignification process of Agroecology: Competing narratives from governments, civil society and intergovernmental organizations. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 666-685, 2018. DOI: [10.1080/21683565.2018.1437498](https://doi.org/10.1080/21683565.2018.1437498)

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado; GIRARDI, Eduardo Paulon; ROSSINI, Rosa Ester. A “expansão do agronegócio no Brasil”: um dossiê composto por olhares diversos. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 45, 2020. DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.27871>

SANTOS, Christiane Fernandes dos; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; ARAÚJO, Iriane Teresa de; MAIA, Zildenice Matias Guedes. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 33-52, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200004>

SANTOS, D. C. L. P.; LEITE, E. F.; SILVA, C. M.; FONSECA, S. M. M. Empreendedorismo sustentável: perfil dos produtores da feira agroecológica da orla de Olinda-PE. **HOLOS**, v. 2, p. 148-160, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2013.1387>

SANTOS, Graciela Cristina dos; MONTEIRO, Magali. Sistema orgânico de produção de alimentos. **Alimentos e Nutrição Araraquara**, v. 15, n. 1, p. 73-86, 2004.

SANTOS, Ramofly Bicalho; RICHARD, David. O Movimento dos Pequenos Agricultores na interface entre agricultura familiar e educação do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 1, p. 86-105, 2017.

SCHNEIDER, Sergio, SHIKI, Shigeo; BELIK, Walter. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. **Rivista di economia agraria**, n. 2, p. 225-259, 2010.

SEIDMAN, Irving. **Interviewing as qualitative research: A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences**. New York: Teachers College Press, 2006.

SILVA, Deinne Airlas da. Caracterização do perfil socioeconômico e da percepção ambiental dos agricultores familiares dos assentamentos Dona Antônia e Gurugi II, no Conde-Paraíba. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 12, n. 6, p. 85-99, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22292/mas.v12i6.639>

SILVA, Sandro Pereira. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58, 2011.

SILVA, Eduardo Sol Oliveira; MARAFON, Gláucio José. A agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2004, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2004.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; NUNES, Emanuel Márcio. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>

SILVA, Roberto Marinho Alves da; AQUINO, Joacir Rufino de; COSTA, Fernando Bastos; NUNES, Emanuel Márcio. Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, 2020. DOI: [10.5380/dma.v55i0.73745](https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73745)

SILVA-LACERDA, Jefferson Oliveira da; VASCONCELOS, Joab Menezes; COSTA SILVA, Josuéilton da; ABREU, Nelsio Rodrigues de. “Antropocêntricos ou Ecocêntricos?”: As Motivações dos Consumidores para a Compra de Alimentos Orgânicos em uma Feira de Recife-PE. **Gestão e Sociedade**, v. 10, n. 25, p. 1255-1273, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v10i25.2034>

SOUSA, Anete Araújo de; AZEVEDO, Elaine de; LIMA, Elinete Eliete de; SILVA, Ana Paula Ferreira da. Alimentos orgânicos e saúde humana: estudo sobre as controvérsias. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 31, p. 513-517, 2012.

SOUZA, Paulo Marcelo de; FORNAZIER, Armando; SOUZA, Hadma Milaneze de; PONCIANO, Nivaldo José. Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 594-617, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.169354>

SOUZA, Raquel Pereira de. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, p. 109-126, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570107>

SOUZA, Raquel Pereira de; BATISTA, Angelita Pereira; CÉSAR, Aldara da Silva. As tendências da Certificação de Orgânicos no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, p. 95-117, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v27n1-5>

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. (2ª Ed). Porto Alegre: Artmed, 2008.

THOMPSON, Craig J. Interpreting consumers: A hermeneutical framework for deriving marketing insights from the texts of consumers' consumption stories. **Journal of marketing Research**, v. 34, n. 4, p. 438-455, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1177/002224379703400403>

VALE, Ana Rute do; AMARAL, Jéssica Danielle Ferreira do; RAIMUNDO, Glaucione. Traçando o perfil das mulheres da agricultura familiar produtora de café orgânico no município de Poço Fundo-MG. **CAMPO-TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 15, n. 36 Jul., p. 36-55, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT153602>

VIANNA, Márcio de Albuquerque. As transformações no espaço rural no município de Seropédica-RJ nas últimas décadas. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica [Online]**, n. 19, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/16651>> DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.16651>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 2, p. 29-37, 2000. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v2i0.22105>

\_\_\_\_\_. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WEBER, Josiane; DA SILVA, Tania Nunes. A Produção Orgânica no Brasil sob a Ótica do Desenvolvimento Sustentável. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 54, p. 164-184, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.54.164-184>

WEZEL, Alexander; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, Charles; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009. DOI: [10.1051/agro/2009004](https://doi.org/10.1051/agro/2009004)

WINKLER, Ingo. Identity work and emotions: A review. **International Journal of Management Reviews**, v. 20, n. 1, p. 120-133, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/ijmr.12119>

**Fábio Francisco de Araujo**. Doutor em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Av. Pasteur, 250 – sala 242 – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.290-240. E-mail: [fabio.araujo@nutricao.ufrj.br](mailto:fabio.araujo@nutricao.ufrj.br)

**Diogo Lannes Melo**. Bacharel em Gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestrando em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Endereço: R. Marquês de São Vicente, 225 - Gávea, Rio de Janeiro - RJ, 22451-900. E-mail: [diogolannes@gmail.com](mailto:diogolannes@gmail.com)

**Rayanne Azevedo Pinto**. Bacharel em Nutrição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil - Endereço: Av. Carlos Chagas Filho, 373 - bloco J 2 andar - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-902. E-mail: [itsrayanneazevedo@gmail.com](mailto:itsrayanneazevedo@gmail.com)

**Andrezza Ferreira de Almeida**. Bacharel em Nutrição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil. Av. Carlos Chagas Filho, 373 - bloco J 2 andar - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-902. E-mail: [andrezzaif2@gmail.com](mailto:andrezzaif2@gmail.com)

**Izabel Cristina Oliveira da Silva Joia**. Doutora em Alimentação, Nutrição e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (DESANS), Duque de Caxias, RJ – Brasil. Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, DESANS. Alameda Dona Esmeralda 206, Jardim Primavera. CEP: 25215260 - Duque de Caxias, RJ – Brasil. E-mail: [izabeljoia@gmail.com](mailto:izabeljoia@gmail.com)

**Silvia Regina Magalhães Couto Garcia**. Doutora em Ciências (Biotecnologia Vegetal) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Av. Carlos Chagas Filho, 373 - bloco J 2 andar - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-902. E-mail: [silviacouto@nutricao.ufrj.br](mailto:silviacouto@nutricao.ufrj.br)

Submetido em: 09/01/2022    Aprovado em: 08/01/2024

#### CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Fábio Francisco de Araujo, Diogo Lannes Melo, Sílvia Regina Magalhães Couto Garcia

Curadoria de Dados (Data curation): Fábio Francisco de Araujo, Diogo Lannes Melo, Rayanne Azevedo Pinto, Andrezza Ferreira de Almeida, Sílvia Regina Magalhães Couto Garcia

Análise Formal (Formal analysis): Fábio Francisco de Araujo, Diogo Lannes Melo, Rayanne Azevedo Pinto, Andrezza Ferreira de Almeida, Sílvia Regina Magalhães Couto Garcia

Investigação/Pesquisa (Investigation): Fábio Francisco de Araujo, Diogo Lannes Melo, Rayanne Azevedo Pinto, Andrezza Ferreira de Almeida, Izabel Cristina Oliveira da Silva Joia, Sílvia Regina Magalhães Couto Garcia

Metodologia (Methodology): Fábio Francisco de Araujo

Supervisão/orientação (Supervision): Fábio Francisco de Araujo, Sílvia Regina Magalhães Couto Garcia

Administração do Projeto (Project administration): Sílvia Regina Magalhães Couto Garcia

Visualização (Visualization): Fábio Francisco de Araujo, Diogo Lannes Melo, Izabel Cristina Oliveira Da Silva Joia, Sílvia Regina Magalhães Couto Garcia

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Fábio Francisco de Araujo, Diogo Lannes Melo, Rayanne Azevedo Pinto, Andrezza Ferreira de Almeida, Izabel Cristina Oliveira da Silva Joia, Sílvia Regina Magalhães Couto Garcia

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Fábio Francisco de Araujo, Diogo Lannes Melo

Fontes de financiamento:

INJC/ UFRJ: Bolsa do Programa de Extensão Universitária; Tradução.